



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social
Curso de Serviço Social

CLÁUDIA RODRIGUES NOVAIS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL:
Um estudo sobre a autonomia relativa do campo**

MARIANA

2019

Cláudia Rodrigues Novais

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL:
Um estudo sobre a autonomia relativa do campo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo

Mariana, MG

2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N935t Novais, Claudia Rodrigues .

O Trabalho do Assistente Social no Contexto da Educação Especial:
[manuscrito]: um estudo sobre a relativa autonomia do campo.. / Claudia
Rodrigues Novais. - 2019.

60 f.: . + Caracterização do Campo de Estágio - 2017 : Nivel Nacional.
+ Caracterização do Campo de estágio - 2017 --Nivel Municipal. +
APAE/Mariana - 2017.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.

Coorientadores: Profa. Dra. Késia Silva Tosta, Esp. Sônia Regina
Bandeira Passos.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Autonomia. 2. Educação especial. 3. Liberdade profissional. 4.
Prática profissional. 5. Serviço social - Pesquisa. 6. Serviço social junto às
pessoas com deficiência. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Passos, Sônia
Regina Bandeira. III. Tosta, Késia Silva. IV. Universidade Federal de Ouro
Preto. V. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Essevalter de Sousa - Bibliotecário
ICSA/UFOP - CRB6a 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

CLAUDIA RODRIGUES NOVAIS

O TRABALHO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO SOBRE A AUTONOMIA RELATIVA DO CAMPO

Membros da banca

Sônia Regina Bandeira Passos - especialista - APAE

Késia Silva Tosta - doutora - UFOP

Roberto Coelho do Carmo - doutor - UFOP

Versão final

Aprovado em 13 de dez de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a)

Dr. Roberto Coelho do Carmo



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL, em 17/01/2020, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0032391** e o código CRC **2A93DF0E**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000334/2020-22

SEI nº 0032391

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Uma sociedade que exclui uma parte de seus membros é uma sociedade empobrecida. As ações que melhoram as condições para as pessoas com deficiência resultarão em se projetar um mundo visível para todos. O que for feito em nome da questão da deficiência terá significado para todos no mundo de amanhã.

Declaração de Madri, 2003

AGRADECIMENTOS

A oportunidade de estar em uma escola de educação especial é transformadora na vida de qualquer pessoa, pela possibilidade de inúmeros aprendizados. Durante o meu período de estágio na APAE/Mariana, tive a oportunidade de conhecer serviços e profissionais de referência no atendimento de pessoas com deficiência dentro e fora da APAE. No dia a dia, aprendi com todas as pessoas dentro deste círculo de relações: aos profissionais da saúde, da reabilitação, funcionários, professores e monitores em como lidar com os alunos, suas questões, suas famílias e as mais diversas situações. O aprendizado foi grande, agradeço a todos.

Ao meu orientador Roberto Coelho pela paciência, disposição em tirar leite das pedras. Gostaria eu que os caminhos da produção de conhecimento através da sistematização da prática fossem mais suaves, mas não são! Mais uma vez agradeço pela generosidade em me fazer acreditar que seria possível e incrivelmente foi. Obrigado por não me deixar desistir. Agradeço também a Professora Késia pela disponibilidade e generosidade em acolher-me e contribuir na realização deste estudo. Espero igualmente contribuir para valorizar a disciplina sobre deficiência. A experiência no campo da educação especial é transformadora na vida de qualquer pessoa.

À minha supervisora de campo Sônia Regina Bandeira Passos, pela generosidade em compartilhar os conhecimentos e ensinar os caminhos para realizar as intervenções possíveis, nas adversidades presentes nas situações cotidianas de uma escola de educação especial, onde, em função da dura realidade vivida por muitas famílias de pessoas com deficiência, tivemos a oportunidade de aprender a cada dia que, muitos dos problemas que fazem parte de nossa vida, são quase nada, diante das grandes dificuldades que estas famílias enfrentam junto de seus entes familiares deficientes, dentro de uma sociedade que ainda não se mostra suficientemente preparada para acolhê-los, aceitá-los, incluí-los e tornar sua participação na vida social uma realidade possível.

À você, aluno da APAE/Mariana, que muitas vezes me fez rir diante de tantas situações inusitadas e engraçadas, porém, quando conheci um pouco mais sobre você, sua vida, as dificuldades e os preconceitos enfrentados em seu cotidiano, boa parte dos meus “grandes” problemas se encolheram diante de tudo que você enfrenta em sua vida. A lição importante que aprendi neste tempo de convivência é que transformar dificuldades em possibilidades, talvez seja mais que uma lição, torna-se uma missão, quando se lida com

a pessoa com deficiência. Assim, aprendi a viver um dia de cada vez e a ter mais paciência comigo, porque sempre existirão problemas e dificuldades que nem sempre conseguirei resolver e que ao longo de vida, minha impotência muitas vezes se manifestará e me silenciara diante de minha incapacidade em encontrar alguma soluçao possivel. Diante das limitaçoes de minha pr6pria humanidade nem sempre conseguirei ser eficiente como gostaria.

Às colegas do Conselho Tutelar Ana Maria Walter, Nelma Maria Silva, Aline Augusto Silva, Lauliana Lomasso e Ana Paula Ventura pela compreensao em relaçaõ ao tempo de trabalho mais reduzido em muitos momentos.

Aos colegas de faculdade e professores do curso pelas experiências trocadas e pelo aprendizado, um mundo novo se abriu aos meus olhos e certamente minha preocupação pelo retorno que posso dar em prol da sociedade onde vivo, poderá a partir de agora se materializar em açoes melhor orientadas e fundamentadas. Aos meus filhos e neto, pessoas mais importantes em minha vida: Arthur, Júlia, e Jéssica e José Augusto a quem espero que tenham sempre como essencial na vida, a verdade, a honestidade e o amor ao próximo. Valores essencialmente necessários a todo e qualquer ser humano que traga em si o propósito e a vontade de construir um mundo melhor para todos. Esses valores certamente se constituirão no único caminho possível para essa empreitada.

RESUMO

O objeto de pesquisa do presente estudo foi a análise da autonomia profissional do assistente social no campo da educação especial, na APAE/Mariana, mais precisamente na Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho, espaço sócio-ocupacional de realização do estágio obrigatório. A discussão acerca da autonomia profissional do assistente social neste contexto, se desenvolveu e ganhou centralidade no presente trabalho em função das reflexões acerca dos limites e possibilidades que se colocam ao profissional, neste espaço, para exercer essa atribuição privativa da profissão. Em tempos de terceirização de serviços e flexibilização das relações trabalhistas, as condições objetivas presentes no espaço sócio-institucional podem impor limites e restrições à atuação profissional do assistente social. A apreensão da profissão em sua constituição sócio-histórica, atribuições privativas e direção ético-política, se constituem essencialmente em aspectos essenciais a serem observados pelos assistentes sociais para que sua atuação profissional não seja impregnada de: pragmatismo, conservadorismo acrítico, característico dos princípios confessionais de caridade e assistencialismo, presentes nos primórdios da profissão, se orientando pelos princípios humanitários defendidos por seu projeto profissional, buscando imprimir à profissão um perfil técnico, com um posicionamento ético e um direcionamento político buscando orientar suas intervenções na realidade vivida pelos usuários e onde deverá fazer as intervenções e mediações necessárias.

Palavras-chave: Serviço Social, autonomia profissional, educação especial, centralidade e transversalidade.

ABSTRACT

The research object of this study was the analysis of the professional autonomy of the social worker in the field of special education at APAE / Mariana, more precisely at the Izaltino Teodoro de Almeida Filho School of Special Education, a socio-occupational space for the accomplishment of the compulsory internship. The discussion about the professional autonomy of the social worker in this context, developed and gained centrality in the present work due to the reflections about the limits and possibilities that are placed to the professional, in this space, to exercise this private attribution of the profession. In times of outsourcing of services and relaxation of labor relations, the objective conditions present in the socio-institutional space may impose limits and restrictions on the professional performance of the social worker. The apprehension of the profession in its socio-historical constitution, private attributions and ethical-political direction, are essentially essential aspects to be observed by social workers so that their professional performance is not impregnated with: pragmatism, uncritical conservatism, characteristic of confessional principle of charity and welfare, present in the early days of the profession, guided by the humanitarian principles defended by their professional project, seeking to impress the profession with a technical profile, with an ethical position and a political direction seeking to guide their interventions in the reality lived by users and where they should make the necessary interventions and mediations.

Keywords: Social Work, professional autonomy, special education, centrality and transversality.

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Caracterização do Campo de Estágio – 2017 - Nível Nacional

Organograma 2 - Caracterização do Campo de Estágio – 2017 - Nível Municipal

Organograma 3 – APAE/Mariana - 2017

LISTA DE SIGLAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ADNPM – Atraso do desenvolvimento Neuropsicomotor

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADEME – Campanha nacional de Educação e reabilitação de Deficientes Mentais.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social

CENESP – Centro Nacional de Educação Especial

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

CORDE – Coordenadoria Nacional para da Pessoa Portadora de Deficiência.

EAD – Educação á Distância.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

EAD – Educação á Distância

INSS – Instituto Nacional de Securidade Social

INPS- instituto Nacional de Previdência Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ICIDH - International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps/
Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap (OMS)

PC – Paralisia Cerebral

PCD – Pessoa com Deficiência

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UPIAS - Union of the Physically Impaired Against Segregation - Tradução: União dos Deficientes Físicos Contra a Segregação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O TRABALHO DO ASSISTENTE NO BRASIL	5
1.1 A gênese do Serviço Social no Brasil	5
1.2 A reconceitualização/Renovação da profissão	11
1.3 As questões contemporâneas da profissão	14
1.3.1 Projeto profissional/ético-político: um espaço de disputas políticas.....	14
1.3.2 A relativa autonomia do assistente social	17
1.3.3 A instrumentalidade no trabalho do assistente social	21
 CAPÍTULO II – O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	 24
2.1 APAE um espaço sócio-ocupacional do 3º setor.....	24
2.2 Os Modelos da Deficiência	30
2.2.1 O modelo médico da deficiência (biomédico)	30
2.2.2 O modelo social da deficiência	33
2.3 Diário de Campo: um instrumento para observação da prática profissional e reflexão crítica	36
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 38
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 40
ANEXOS	45

INTRODUÇÃO

A preocupação que motivou a pesquisa apresentada neste trabalho de conclusão de curso, surgiu da necessidade de se ter uma melhor compreensão da profissão a partir do entendimento de alguns elementos que apresentam grande transversalidade nos debates acadêmicos e nas produções teóricas do Serviço Social. O Movimento de Renovação da profissão na década de 1980, é tomado aqui como um referencial importante para se entender os dois momentos distintos da profissão: o do Serviço Social Conservador, influenciado pelo pensamento social da Igreja Católica e por teorias sociais conservadoras como o positivismo e o funcionalismo norte-americano (sobretudo a partir da década de 1940), e o Serviço Social Crítico forjado no âmbito da tradição marxista.

Em seu trabalho sobre a Autocracia Burguesa implantada após o golpe militar de 1964, Netto (2009), faz uma análise acerca da inserção do Serviço Social no âmbito das universidades públicas, e da intenção dos governos militares em criar uma categoria de trabalhadores que fossem funcionais aos interesses do capital. No entanto, tal situação acabou por favorecer a aproximação e interlocução do Serviço Social com outros cursos das ciências sociais e humanas, que dialogavam com as correntes teóricas do marxismo, acabando por favorecer a formação de uma massa crítica com posicionamento contrário ao que a autocracia burguesa representava.

A inserção do Serviço Social no âmbito universitário, em moldes ditatoriais ainda assim possibilitou a formação de espaços de reflexão gestando uma massa crítica. A autocracia burguesa conseguiu o seu objetivo de produzir profissionais aptos para atender suas demandas modernizadores, mas o meio acadêmico também formou profissionais cujo seguimento não era favorável a Ditadura Militar (SILVA, 2017, p.3)

No entanto, apesar de haver um consenso entre diferentes autores de que tal aproximação teria sido “problemática” e “enviesada”, foi a partir desse movimento que o Serviço Social adquiriu a criticidade necessária para romper com esse lastro conservador, presente na profissão desde sua gênese, propor outros direcionamentos políticos, éticos e metodológicos à profissão. Assim, a década de 1980, foi marcada duplamente: pelo Movimento de Renovação do Serviço Social e um posicionamento crítico em relação ao lastro conservador ainda presente na profissão e também pela conquista da classe trabalhadora com a incorporação dos direitos sociais à Constituição de 1988, expressos em seu art.6º, sendo eles: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a

previdência social, a proteção a maternidade e a infância , a assistência aos desamparados , na forma desta constituição. Apesar de significar um avanço para a cidadania do trabalhador, a distância entre reconhecimento formal e a efetividade de fato ainda se constitui em um longo caminho a ser percorrido.

O esforço do Brasil para ingressar no mundo desenvolvido, na sua etapa do capitalismo monopolista, criou um grande estoque de desigualdade social, com enorme concentração de renda, o que vem se acentuando no decorrer dos anos, impelindo o Estado e a sociedade a darem respostas para o enfrentamento desse fenômeno [...] (COUTO, 2008, p.164).

Para autoras com Iamamoto (2017) e Yasbek (2009) com o Movimento de Renovação do Serviço Social, a formação profissional da categoria adquiriu papel de importância fundamental para a consolidação de um projeto profissional comprometido com as demandas da classe trabalhadora. O enfrentamento técnico às expressões da questão social somente se tornou possível a partir de uma formação universitária que passou a instrumentalizar os assistentes sociais a fazerem leituras críticas da realidade nos espaços institucionais em que se encontrassem inseridos e assim, apreender as determinações sociais por trás dos fenômenos, não reduzindo sua atuação profissional a ações marcadas pelo pragmatismo.

[...] o assistente social no seu cotidiano profissional, ao mesmo tempo em que, se depara com novas competências, demandas e espaços de intervenção, tem sua ação profissional determinada e condicionada por formas arcaicas de prestação de serviços, isto é, com programas e políticas seletivas e focalistas, com perda de direitos, contenção de gastos sociais, a burocratização da dinâmica institucional, na qual está inserido enquanto trabalhador assalariado, além das formas precárias de contratação e condições de trabalho.(SILVA, 2016, p.69)

Assim, na experiência do Estágio Obrigatório Supervisionado na Escola de Educação Especial da APAE/Mariana, pudemos realizar a observação da atuação da assistente social no âmbito institucional, entre os anos de 2007 e 2018, e a partir do registro de sua atuação profissional em Diário de Campo, pudemos confrontar com a teoria estudada durante a graduação e perceber na prática como se dão as manifestações das expressões da questão social na realidade vivida pela classe trabalhadora e como podem ser elaboradas as respostas a serem dadas no seu enfrentamento. Assim como vivenciar a situação de uma profissional vinculada a um espaço sócio ocupacional do 3º setor, por uma relação de assalariamento, ou seja, em uma relação de compra e venda de sua força de trabalho, fator este que poderá se constituir em um elemento de condicionamento do exercício de sua autonomia profissional, que, mesmo se

constituindo esta, em um direito e uma atribuição privativa de sua profissão, dificilmente se sobrepõe às prioridades institucionais.

Nessa perspectiva, procurou-se desenvolver uma análise sobre a autonomia profissional do assistente social no contexto da educação especial, a partir, de um campo de trabalho onde a profissional tem a liberdade de desenvolver seu trabalho de acordo com princípios éticos e estatutos legais do Serviço Social e no entanto vê-se restringida nesse direito pelo volume de demandas institucionais tais como: atendimentos individuais á alunos e suas famílias; visitas domiciliares; participação em reuniões de rede; participação em reuniões dos conselhos de assistência e da saúde ;acompanhamento ao médico (em casos graves); encaminhamentos aos serviços da rede de proteção sócio-assistencial; acompanhamento da situação de frequência em função do desenvolvimento do aluno e também em função de informações repassadas ao bolsa família; inserção de alunos no mercado de trabalho, etc.

Assim, uma profissional contratada por 20 horas/semana, diante de considerável sobrecarga de trabalho, acaba por desenvolver uma atuação profissional marcada por um pragmatismo, que por sua vez, reforça práticas conservadoras ainda presentes e reatualizadas no exercício profissional quando o mesmo se encontra voltado ao atendimento de demandas imediatas colocadas ao profissional, dificultando a investigação das determinações sociais por trás dos fenômenos que se colocam como expressões cotidianas, marcadas pelo imediatismo e que deveriam a priori ter uma importância secundária no processo de investigação e análise das demandas que se apresentam no campo de atuação.

A Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho da APAE/Mariana enquanto instituição, encontra-se inserida no âmbito da política de educação. No entanto, o Serviço Social da instituição trabalha no âmbito de outras políticas públicas tais com a da saúde e previdência social em função da especificidade das demandas de seus alunos. O público da instituição demanda principalmente da política da saúde, em função da marcação de consultas e transporte, sobretudo para do atendimento de situações de saúde muito específicas, tais como: exames a serem realizados com sedação, em geral fora do domicílio; tratamentos odontológicos realizados sob sedação em centros de regulação fora do domicílio; consultas psiquiátricas e neurológicas ou mesmo com outros especialistas em outros municípios.

No capítulo I, abordamos o trabalho do assistente social no Brasil, resgatando como o se deu o processo de institucionalização da profissão no país, sob o domínio conservador na década de 1930, até movimento de Renovação na década de 1980, no contexto da autocracia burguesa quando há um questionamento do lastro conservador no interior da profissão e um posicionamento contrário a este conservadorismo. Assim, a aproximação das ciências humanas com o marxismo na década de 1960, embora tenha sido problemática foi fundamental para a construção de um projeto ético-político que imprimisse à profissão uma nova direção. Neste capítulo, abordamos também alguns elementos cuja apropriação pelo assistente social seriam fundamentais para a compreensão da profissão tais como: o processo de formação profissional, a relativa autonomia, o projeto profissional e a instrumentalidade. Elementos que apresentam grande transversalidade da produção teórica do Serviço Social.

No capítulo II, tratamos da atuação do assistente social na APAE/Mariana, campo sócio-institucional da educação especial onde realizamos o estágio obrigatório. Neste campo tentaremos discutir o aspecto da autonomia do assistente social, enquanto um trabalhador assalariado e submetido às alterações e redefinições do mundo do trabalho, limitando-se e delimitando-se o espaço de sua atuação profissional e de como esse processo pode afetar sua autonomia técnica/profissional. Resgatamos também nesta parte a importância da utilização do Diário de Campo enquanto instrumento e ferramenta importante no registro da dinâmica de funcionamento do espaço socio ocupacional de uma instituição do 3º setor, das demandas que se apresentavam no campo diariamente, das formas de atuação profissional do assistente social e das intervenções realizadas pela mesma e buscando realizar a conexão necessária entre teoria e prática.

Capítulo I - O Trabalho¹ do Assistente Social no Brasil

Neste capítulo faremos um breve resgate do processo sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tomando como referencial o Movimento de Renovação da década de 1980 que pode ser considerado um “divisor de águas” para a profissão quanto ao direcionamento político, ético e metodológico que deveria ser impresso à atuação profissional dos assistentes sociais, marcada por sua vez pelo caráter interventivo na realidade social.

Assim, a partir da aproximação das ciências sociais com marxismo na década de 1960, outras formas de intervenção profissional passaram a ser pensadas e elaboradas com base em critérios que se pretendiam técnicos e éticos, se diferenciando e se distanciando das formas de atuação profissional que se marcavam pelas práticas de caridade, benemerência e filantropia características do conservadorismo cristão e hegemônico na profissão até então. Com a laicização da profissão, construiu-se uma outra forma de pensar e atuar profissionalmente, desconstruindo-se paulatinamente a ideia de ajuda tão cristalizada no fazer profissional até aquele momento.

1.1 A gênese do Serviço Social no Brasil.

No Brasil, o Serviço Social é regulamentado como profissão liberal, não havendo, segundo Iamamoto (2013), uma tradição desta condição na sociedade brasileira, visto que, em sua maioria, os assistentes sociais se encontram vinculados ao mercado de trabalho através do assalariamento, sendo o Estado o maior empregador. O Serviço Social, se constitui assim em uma especialização sociotécnica do trabalho, que atua no âmbito da polarização de interesses das duas classes sociais que se antagonizam no modo de produção capitalista: a burguesia e o proletariado.

Segundo Iamamoto (2014) o Serviço Social intervém nas relações e contradições que ocorrem dentro da ordem capitalista de forma a atender por um lado aos interesses do capital ávido por lucros e por outro, os do trabalho. Assim na polarização destes interesses, o Estado (que não possui um papel neutro) passa a intervir, buscando assegurar

¹ A primeira necessidade humana, aquela cujo não atendimento implica na impossibilidade de qualquer sociedade, é reprodução biológica dos indivíduos. E isto apenas é possível pela transformação da natureza nos bens necessários à reprodução social (alimentos, vestuário, moradia, etc). É o complexo social que atende a esta necessidade primária que Marx denominou “trabalho”. O trabalho pra Marx, é o intercâmbio orgânico com a natureza e, por isso é uma “condição” eterna da vida social (LESSA, 2012, p.85)

o poder e a ordem capitalista estabelecidos e também á incorporar alguns interesses da classe trabalhadora (de forma a mantê-la em condições de ser explorada) sem que estes afetem a ordem capitalista.

Dessa forma as intervenções profissionais dos assistentes sociais se desenvolvem no contexto de atendimento de interesses contraditórios: como instrumento a serviço dos trabalhadores ou como mecanismo de reprodução da ordem vigente, sendo que , de acordo com as circunstâncias poderá haver ênfase em uma ou outra forma de inserção do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, ou seja, atuando na reprodução da força de trabalho ou do controle e da ideologia da classe dominante . Assim podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. (YAZBEK, 2000, p.2)

Iamamoto (2013), ao fazer a abordagem do Serviço Social como trabalho, busca romper com uma visão endogênica da profissão, baseada em um senso comum, característico do conservadorismo católico, presente na gênese da profissão, que associava a intervenção profissional à caridade, benemerência e filantropia desconsiderando o processo político e econômico dentro do qual a profissão se encontra inserida:

[...] aceita-se como senso comum que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia. Inclusive essa é a tônica dos pioneiros da literatura especializada – mesmo na época do movimento da reconceituação - que sustenta que o Serviço Social se torna profissão ao se atribuir uma base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia. Esta é uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse fruto de uma evolução interna e autônoma das formas de proteção e de apoio social (IAMAMOTO, 2013, p.23).

A partir da ascensão de Vargas ao poder a partir da chamada Revolução de 1930, percebe-se o esforço do governo em organizar as relações entre capital e trabalho e segundo Couto (2009,p.95), o desenvolvimento de uma política de conciliação por parte de Lindolfo Collor, então ministro do recém criado Ministério do Trabalho em propor a substituição do conceito de luta de classe pelo de conciliação. Na realidade Vargas buscava equilibrar-se entre os demais grupos sociais, angariando seu apoio, buscando conferir legitimidade ao seu governo e a manutenção da governabilidade, garantindo os antigos privilégios para a oligarquia cafeeira, com a compra dos estoques de café para que não tivessem prejuízos e buscando o controle social dos trabalhadores ao acenar uma legislação trabalhista pela qual já lutavam á décadas. Segundo Yazbek (2009), é neste

cenário que há por parte do Estado brasileiro o reconhecimento da questão social enquanto um problema a ser resolvido no âmbito da administração e não mais da repressão.

Nos anos 30 o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. Como mostra Ianni (1990), o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional (YASBECK, 2009, p.6)

A legislação trabalhista de Vargas ao mesmo tempo em que se constituiu em um avanço social na área trabalhista, tornou-se ao mesmo tempo em importante mecanismo de controle a ser utilizado pelos governos subsequentes em seus projetos de expansão econômica para país, baseado sobretudo na industrialização.

[...] É fundamental salientar, para melhor compreensão, que, nesse período, começaram a ser gestadas as condições para uma mudança substantiva no sistema econômico brasileiro, que vai ser deslocado do meio agro-exportador para o urbano industrial, assim, exigir um posicionamento frente às demandas postas pela nova ordem produtiva e pelos trabalhadores (COUTO, 2008, p.95)

A partir da 2ª metade da década de 1950, com a ascensão de Juscelino Kubitschek à presidência (1956/1960), o crescimento econômico do Brasil é promovido a partir da abertura do país aos investimentos do capital estrangeiro. Ao analisar a construção da sociabilidade moderna dentro do capitalismo tardio no Brasil, Novais (1998) destaca entre outras coisas, as mudanças ocorridas no período compreendido entre 1950/1980. Segundo o historiador, no início dos anos de 1950 é marcado pelo predomínio da ideia otimista de desenvolvimento econômico devido à incorporação das conquistas materiais do capitalismo, sobretudo em função da expansão da capacidade de consumo da sociedade, com a persistência de traços que singularizavam o povo brasileiro: a cordialidade, a criatividade e a tolerância, aliado à ilusão de inserção no mundo desenvolvido, devido a facilidade de acesso à produtos de consumo característicos de países desenvolvidos. A partir da década de 1980, a análise otimista da metade do século XX, cederia lugar à desilusão. A nova realidade seria marcada pela estagnação econômica, superinflação, desemprego, violência, escalada das drogas, etc.

Na década de 1960, assistiu-se a muitas transformações, sobretudo a partir da implantação da autocracia burguesa, em 1964, onde, segundo Netto (2007), o Serviço

Social passaria por mudanças decorrentes da laicização de sua prática transitando do âmbito de influência da Igreja Católica para o do mercado, em função dos grandes investimentos de capital estrangeiro na expansão industrial e também pela institucionalização do Serviço Social que passa a ser inserido no âmbito de uma universidade que se pretendia ter sob controle.

Assim, no contexto de implantação da autocracia burguesa na década de 1960, o Serviço Social iniciou um processo de renovação profissional, que se marcaria não apenas pela ruptura com o pensamento social da Igreja Católica, assim como de outras teorias sociais conservadoras, como por um posicionamento contrário ao tradicionalismo dentro da profissão, bem como à regulação da profissão pelo mercado que buscava atender os interesses das classes dominantes em detrimento aos interesses da classe trabalhadora.

Para Iamamoto (2014), o Estado ao intervir nas relações de trabalho, passou a controlar e subordinar os trabalhadores ao domínio do capital, criando meios para garantir a força de trabalho em condições de ser explorada, incorporando minimamente seus interesses de forma a não promover alterações na ordem capitalista. Assim, a questão social² passou a ser gerida pelo Estado dentro do capitalismo.

O assistente social, por sua vez, é um profissional qualificado academicamente para uma prática interventiva, tendo como objeto de trabalho as expressões da questão social e que segundo Netto (2001), a expressão teria surgido na 1ª metade do século XIX, no contexto da industrialização inglesa onde *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas* (2001, p.42). Para este autor, a questão social vincula-se ao tipo de sociabilidade erguida sob o comando do capital, onde, as camadas pauperizadas se insurgiam contra uma ordem burguesa que disseminava a desigualdade ao mesmo tempo em que se estabelecia com o desenvolvimento do capitalismo.

A inserção do Serviço Social no âmbito universitário, em moldes ditatoriais ainda assim possibilitou a formação de espaços de reflexão gestando uma massa crítica. A autocracia burguesa conseguiu o seu objetivo de produzir profissionais aptos para atender suas demandas modernizadores, mas o meio acadêmico também formou profissionais cujo seguimento não era favorável a Ditadura Militar. (SILVA, 2017, p.3).

² Questão Social é “o conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2013, p.27)

No período que antecedeu à ditadura militar, disseminou-se a idéia de desenvolvimento econômico no país devido à incorporação das conquistas materiais do capitalismo. O processo de industrialização do período foi marcado pela instalação de setores tecnologicamente avançados que exigiam investimentos de grande porte ao lado da expansão de setores industriais de produção de bens de consumo não duráveis. As migrações internas se intensificavam e a concentração populacional nas cidades aumentava sobretudo devido à intensificação do êxodo rural (Novais, 1998).

Neste contexto de transformações se deu o enfrentamento ao conservadorismo dentro do Serviço Social, em uma conjuntura marcada pelo autoritarismo e pelas disputas políticas em torno de projetos societários distintos, em uma sociedade que se modernizava e dentro de modelo econômico que, pela sua dinâmica, dava suas contribuições no sentido de agravar uma situação de desigualdade social e exclusão social já existentes e presentes no nosso passado histórico desde sempre.

O contexto da Autocracia Burguesa apresentou também as suas contradições na formação profissional dos assistentes sociais, formando por um lado profissionais que se conformavam às exigências do mercado, comprometidos com um projeto profissional conservador e por outro, profissionais que se formavam em um espaço de reflexão e crítica. Almeida (1994) e Netto (2010), destacam a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista como um dos marcos importantes para a efetivação do movimento de renovação da profissão, embora Netto considere que esta incorporação do marxismo às ciências sociais na década de 1960 ainda que tenha sido problemática, favoreceu sua interlocução com o Serviço Social e a configuração deste diálogo a partir daquele momento:

A resultante deste jogo polifacético foi uma aproximação muito peculiar de setores do serviço social à tradição marxista. Eu diria que ela se singularizou por três traços interligados. Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas – as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ideo-política, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional partidárias. Enfim, a aproximação não se deu às fontes marxianas e/ou aos clássicos da tradição marxista, mas especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidades e níveis discutíveis. (NETTO, 1989, p.97)

Duas outras críticas feita por Netto (1989) em relação a essa aproximação era a fragilidade de uma postura intelectual que não dispunha de grande lastro entre os

assistentes sociais e a não utilização das fontes primárias e originais da teoria social de Marx. No entanto, na década de 1980, essa aproximação do Serviço Social com o marxismo seria fundamental na construção do projeto ético-político da categoria.

Iamamoto (2013) ao analisar o debate contemporâneo da reconceituação do Serviço Social e a aproximação da profissão com perspectiva crítico-dialética do materialismo histórico, reitera as colocações de Netto (1989) e discute as particularidades da estreita relação que se estabeleceu entre militância política e a prática profissional e as implicações decorrentes desse encontro, assim como dos *condutos teóricos* pelos quais se processou tal aproximação, marcada por uma ótica utilitária e uma ausência de avaliação crítica.

Apreciando tais caminhos teóricos, que moldaram o acercamento da Reconceituação aos múltiplos “marxismos”, constata-se que o personagem mais ausente é o próprio Marx. Em outras palavras: *foi a aproximação a um marxismo sem Marx*. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma “invasão, às ocultas, do positivismo no discurso do marxista do Serviço Social. Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário o contra a qual se insurgia o movimento de reconceituação (IAMAMOTO, 2014, p.211).

O enfrentamento ao conservadorismo dentro do Serviço Social, segundo Netto (2009), precisa ser entendido em suas rupturas e permanências ao longo do processo de constituição da profissão. Embora na década de 1960, se verifique uma laicização da profissão, a partir de uma ruptura com o pensamento social da Igreja Católica, isso não significou uma ruptura completa com o conservadorismo em seu interior, até mesmo porque não houve um rompimento com o modelo estrutural funcionalista norte-americano que também fornecia bases igualmente conservadoras à profissão em nosso país, foi mantido enquanto base importante de manutenção do conservadorismo e acabou sendo utilizado pela ditadura militar em seu anseio de manter o controle social sobre as camadas pobres da população.

Assim, Movimento de Renovação do Serviço Social na década de 1980, segundo Netto (2009), deve ser analisado a partir do conhecimento das perspectivas que disputavam a direção do processo de renovação do Serviço Social no Brasil desde a década de 1960, dentro do contexto de intervenção no plano comunitário. Tratava-se das seguintes perspectivas:

1ª) a perspectiva modernizadora, apresentava um caráter reformista, se contrapondo ao marxismo e as correntes positivistas. Em um contexto autoritário marcado pela repressão o Serviço Social passou a questionar-se metodologicamente. A expressão dessa formulação encontra-se nos textos dos seminários de Araxá e Teresópolis.

2ª) a reatualização do conservadorismo, consistiu em uma perspectiva de aproximação com a herança conservadora do pensamento católico tradicional e também da fenomenologia. Opunha-se a referências do pensamento liberal/positivista e também do marxismo. Os Estudos do Sumaré e no Alto da Boa Vista, realizados no Rio de Janeiro marcam esta perspectiva.

3ª) a intenção de ruptura, com um teor mais crítico, opunha-se ao tradicionalismo no interior da profissão e tinha com pretensão romper com as heranças do pensamento conservador e discutir novos paradigmas de intervenção social que se baseassem em tendências marxistas. O movimento em torno dessa perspectiva resultou no Método de Belo Horizonte.

Os anos 60 para o Serviço Social se constitui em um contexto histórico rico, marcado pelas disputas entre projetos e perspectivas distintas no interior da profissão e subsequentemente pela repressão e autoritarismo da Ditadura Militar. O questionamento acerca do conservadorismo presente no Serviço Social se torna o objeto de críticas e justificativa para se pensar em um novo direcionamento ético-político para a profissão. Assim, para o entendimento do Movimento de Renovação da década de 1980 é preciso revisitar suas raízes na década de 1960, anteriores ao próprio golpe militar.

1.2. A Reconceitualização/Renovação da profissão no Brasil.

O Serviço Social no Brasil ganha status de profissão a partir de 1932 com criação do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS em São Paulo, que se constituiria posteriormente na entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social criada em 1936. Segundo Yazbek (2006), a profissão em sua gênese no Brasil sofreu influências da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica e do Serviço Social- norte-americano que imprimiria ao Serviço Social brasileiro um perfil mais técnico. A regulamentação da profissão ocorreria com a Lei nº 3.252/57, que seria posteriormente substituída pela Lei nº 8662/93, atualmente em vigor.

Sob influência católica, o trabalho desenvolvido pelo CEAS marcava-se por um posicionamento conservador da profissão em relação as expressões da questão social.

[...] o chamado Serviço Social Tradicional pauta sua ação através de um viés de formação social, moral e intelectual das famílias. Ou seja, através de um trabalho tido como “educativo”, que culpabiliza o sujeito pela sua condição. Em suma, uma prática profissional, baseada em atendimentos individualizados e prolongados, numa ideia de adequação ao comportamento moral esperado, como por exemplo, o chamado Serviço Social de Caso (SILVA, 2016, p.6).

Assim, sob a égide do conservadorismo, a profissão se constitui no Brasil em um contexto marcado por mudanças de caráter político tais como: endividamento do setor cafeeiro com perda de sua hegemonia política, ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, investimentos em industrialização com diversificação de segmentos com a substituição de importações de produtos manufaturados pelos da indústria nacional.

O menor interesse do capital estrangeiro e a debilidade do capital nacional obrigaram o Estado a assumir também uma função produtora, notadamente em setores considerados prioritários, com a implantação de várias empresas estatais no período, entre as quais: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia Nacional de Álcalis (CNA) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Em 1943, por questões da guerra e de segurança nacional, foi implantada a Fábrica Nacional de Motores (FNM), para reparação e construção de motores de avião, depois convertida em fábrica de caminhões adequados às estradas brasileiras de então. No período o Estado encampou e nacionalizou as empresas de navegação e, logo após a guerra, encamparia e nacionalizaria o restante do sistema ferroviário. Mas esse estado não produziu apenas mercadorias e serviços, pois também produziu vários empresários nacionais. (CANO, 2015, s/p).

Dessa forma iniciou-se com a Era Vargas (1930-1945) um processo de desenvolvimento e crescimento econômico baseado em expansão industrial que resultaria em um modelo de desenvolvimento nacionalista que não promoveria alterações de caráter estrutural que favorecessem a classe trabalhadora.

O Estado brasileiro do século XX passou por diversas transformações que mudaram significativamente seu sentido perante a sociedade. Se o início do século é marcado por um Estado liberal, patrimonialista, excludente, quase completamente descompromissado com as demandas sociais, a partir dos anos 1930 - como solução para um quadro de conflitos e mobilizações sociais crescentes (Santos, 1979) - o Estado brasileiro torna-se fortemente interventor e provedor. Por meio de aliança conservadora, mas politizando as questões sociais e trabalhistas, assume e promove o desenvolvimento econômico e social. (GURGEL, 2013).

No contexto do Movimento de Renovação do Serviço Social, o processo de formação dos assistentes sociais tornou-se um aspecto fundamental para a materialização

do projeto ético-político da profissão, visto que, somente uma formação baseada em uma orientação crítica e uma determinada direção política poderia instrumentalizar o assistente social a fazer leituras e reflexões acerca da realidade cotidiana na qual se encontrará inserido e sobre a qual desenvolverá sua atuação profissional, em seus vários contextos e complexidades. É neste terreno de disputas, antagonismos e contradições, que o profissional, através de suas intervenções, participará tanto das respostas a serem dadas às demandas de sobrevivência das classes trabalhadoras, quanto da reprodução da força de trabalho para atender aos interesses da classe dominante.

Para Yamamoto (2013) um projeto de formação profissional dentro do Serviço Social, precisa ultrapassar os muros internos da profissão e da vida universitária para estar conectado aos dilemas das sociedades contemporâneas:

Alargar os horizontes voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico. Este “salto para fora” dos limites profissionais e da vida universitária não significa a diluição das condições e relações específicas nas quais se molda a formação profissional; ao contrário, é mediação necessária para que ela possa adquirir inteligibilidade nos quadros do processo da vida contemporânea, como totalidade social.[...] Tendo por base tais considerações, a sugestão é a de iluminar, por meio da história contemporânea e de uma teoria social crítica nela vinculada, as particularidades do Serviço Social como profissão que se realiza e se reproduz no mercado de trabalho. (YAMAMOTO, 2014, p.171)

Na década de 1980, foram muitos os desafios a serem enfrentados pela categoria para dar efetividades às mudanças propostas durante o processo de enfrentamento do conservadorismo dentro da profissão, a discussão acerca das diretrizes curriculares e da elaboração um currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, além da ênfase que seria dada à pesquisa, prescindia de uma produção científica que fosse capaz de dar o suporte teórico necessário aos conteúdos das ementas propostas, sobretudo em função dos novos fundamentos teóricos e metodológicos dos cursos de formação profissional de assistentes sociais, tais como: História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social além do estágio supervisionado (YAMAMOTO, 2014, p.614).

Na contramão dos direitos sociais dos trabalhadores, o neoliberalismo defende o estabelecimento de um Estado mínimo, na proteção social do trabalhador e máximo na exploração de sua mão de obra. Buscando assim atender as necessidades do trabalhador

apenas de forma a assegurar a reprodução de sua força de trabalho e a perpetuação de um sistema econômico assentado na exploração e desigualdade.

A profissão de Serviço Social é demandada pela sociedade capitalista na era dos monopólios para a intervenção na vida da família trabalhadora de modo a implementar políticas sociais que façam o enfrentamento das sequelas da “questão social”, materializando os direitos do cidadão, promovendo a coesão social.[...] (LACERDA, 2014, p.22)

Para Guerra (2013), a elaboração de uma outra compreensão da realidade social por parte dos assistentes sociais, demanda uma preocupação com os cursos de formação profissional, visto que, os dilemas da contemporaneidade explicitam a complexidade da realidade e exigem a formação de profissionais que sejam capazes de, a partir de suas intervenções, fazer reflexões e pensar em estratégias que possam auxiliar na elaboração novas respostas ao enfrentamento das expressões da questão social. No entanto, pela ótica mercadológica do neoliberalismo como foi defendida na Declaração de Bolonha em 1999, podem apresentar outras competências que privilegie a inteligência prática e o conhecimento do como fazer, sobre o conhecimento teórico acumulado acerca do objeto (Iamamoto, 2014, p.626).

Na direção apontada pela Declaração de Bolonha se o fazer se sobrepôr ao conhecimento científico, a instrumentalidade do Serviço Social, dentro de tal proposta, poderia se reduzir à sua dimensão técnico-operativa e o estágio supervisionado enquanto prática profissional, poderia ser reduzido a mero treinamento, o que poderia sujeitar os profissionais a uma menor autonomia em sua atuação profissional.

1.3 As questões contemporâneas da profissão.

O Movimento de Renovação do Serviço Social deflagrado no Brasil na década de 1980, ocorre tardiamente se comparado ao momento em que atingiu outros países da América Latina, marcando-se sobretudo pela discussão acerca das competências privativas da profissão, de sua instrumentalidade e do projeto profissional da categoria. As discussões acerca destes aspectos se tornaram cada vez mais presentes nos debates relacionados às questões contemporâneas da profissão.

1.3.1 Projeto profissional / ético-político: um espaço de disputas políticas.

Durante o período da “Autocracia Burguesa” no Brasil o Serviço Social passaria por transformações significativas decorrentes de uma ruptura teórica e política com lastro conservador de suas origens (Iamamoto, 2014, p.222). O contexto no qual estava inserido

o Movimento de Renovação do Serviço Social no Brasil, era o de implantação de um modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, sobretudo ao norte-americano. A ditadura Militar implantada pelo golpe de 1964, impulsionaria uma modernização conservadora no país, com importantes consequências para a política social brasileira. (Bering, 2011, p.11).

No entendimento de Iamamoto (2014) no lastro conservador nos primórdios da profissão, a idéia de assistência social estava associada a práticas assistencialistas de caridade e ajuda, presentes no ideário católico que norteou as ações dos primeiros assistentes sociais que se formaram no Brasil na década de 30. Naquele momento as ações desenvolvidas se apresentavam desconectadas dos problemas sociais decorrentes da situação de desigualdade e exclusão social presentes na realidade brasileira desde o período colonial. Desconsiderar as disputas políticas entre classes sociais neste contexto somente reforça um projeto societário de manutenção dos interesses e privilégios das elites. Ignorar as contradições presentes na realidade social onde uma classe social é explorada para manter os privilégios da outra, é trabalhar a favor da manutenção de determinada ordem vigente.

Cabe lembrar que o Serviço Social contemporâneo é resultado de um recente processo sócio-histórico de rompimento e reorganização da profissão contra o projeto conservador que dominou sua trajetória até o início da década de 1980, conquistando outra direção social e política a partir do projeto ético-político profissional, especialmente nos anos de 1990, articulado a um projeto de sociedade não capitalista. (Duarte, 2017. Vp.177)

Autores como, Iamamoto e Netto, ao analisarem o projeto profissional da categoria dos assistentes sociais ressaltam a importância acerca do conhecimento e compreensão do processo histórico em suas múltiplas determinações, bem como dos limites e possibilidades dos profissionais em suas intervenções frente às situações que se apresentarem, para se viabilizar as respostas profissionais que poderão ser dadas às mesmas a partir do conhecimento da realidade sobre a qual o assistente social desenvolverá sua intervenção profissional.

Para Netto (1999) o projeto profissional é uma construção coletiva de uma categoria profissional e que é através da organização institucional que um corpo institucional o elabora:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos)

para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e pública(1999, p. 4).

Para Iamamoto (2014, p.223) os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferece matrizes e valores. Netto, por sua vez, estabelece a relação entre ambos os projeto: profissional e societário, enfatizando o fato que sua compreensão deve se fundamentar sobretudo na dimensão política que envolve as relações de poder entre as classes sociais, sendo que ,tais projetos, que expressam interesses de classe, podem ter hegemonia dentro da sociedade. Na definição deste autor, um projeto societário é um projeto coletivo, uma proposta para o conjunto da sociedade. Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-lo (1999, p.2).

Um projeto profissional se constitui em uma construção que atravessa todo o modo de fazer e pensar de uma categoria, podendo estar em sintonia com determinado projeto societário, ou mesmo em uma relação conflitante em função de interesses antagônicos. No entanto ele deve expressar os interesses de determinada classe social. Dessa forma o projeto profissional da categoria, segundo Iamamoto (2014), encontra-se inserido em um *amplo movimento de renovação crítica do Serviço Social*, de onde decorreram alterações nos campos do ensino, pesquisa e da organização político-cooperativa da categoria.

Enfim, a aproximação do Serviço Social com a universidade, no contexto da autocracia burguesa, acabou por promover a formação, tanto de profissionais comprometidos com as exigências de um modelo funcional-organizacional, quanto gestou por outro lado uma massa crítica, forjada nos espaços de reflexão que surgiram neste contexto, a partir do debate teórico-metodológico, decorrente do surgimento de segmentos profissionais críticos. Dessa forma, durante o contexto da Autocracia Burguesa, a categoria optou por uma determinada direção política a partir de sua aproximação com as correntes teóricas do marxismo, reforçando seu compromisso com a defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, sobretudo por se encontrar em meio à uma disputa de projetos distintos.

1.3.2 A relativa autonomia do assistente social.

Segundo Simões (2012), a Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL, instituída em 1953, durante o governo populista de Vargas, traz em seu estatuto a seguinte definição de profissional liberal:

Art.1-aquele legalmente habilitado para a prestação de serviços de natureza técnico-científica de cunho profissional com a liberdade de execução assegurada pelos princípios normativos da profissão, independentemente de vínculo da prestação de serviço.

Embora haja um reconhecimento legal de sua condição de profissional liberal, a maioria dos assistentes sociais se encontram vinculados ao mercado de trabalho como profissionais assalariados. Submetido às mesmas condições de exploração e alienação como os demais trabalhadores. Como trabalhador especializado, uma de suas prerrogativas profissionais é o exercício da relativa autonomia em sua atuação profissional.

O debate sobre a autonomia profissional do assistente social, segundo Souza (2017), se constitui em tema de pouca centralidade na produção teórica do Serviço Social, sendo que em seu artigo sobre o tema identificou seis autores que abordam a temática em seus trabalhos e dão importantes contribuições e reflexões: Iamamoto; Carvalho (1998), Iamamoto, (2009, 2014), Raichelis (2011), Mota (2014), Nanci Simões (2012) e Carlos Simões (2009). Destacamos também Moraes (2017), que embora não faça parte dos autores referenciados, tem posicionamentos semelhantes aos demais quanto à centralidade do tema nas pesquisas científicas, para este autor, esta condição de autonomia precisa ser analisada a partir do vínculo de trabalho do profissional, nos variados espaços sócio-institucionais, onde essa atribuição privativa de sua profissão, acaba por ser tensionada por várias questões tais como: burocracia, interferência dos superiores, interferências político-partidários e a falta de preparo técnico da gestão de trabalho.,etc. Outros aspectos relativos ao tema são tratados por estes autores e nos dão a dimensão da importância de se desenvolver mais estudos nessa área. Para a autora:

As interpretações relacionadas à relativa autonomia profissional, apresentadas até o momento, tomam como referência o estudo de Iamamoto e Carvalho (1998) e, apesar de trazerem elementos diferenciados, mantêm em comum a necessidade de apreender o/a assistente social como trabalhador assalariado e indicar as implicações do processo de compra e venda de sua força de trabalho (SOUZA, 2017, p.410).

Apreender o assistente social enquanto trabalhador assalariado é entendê-lo como um sujeito destituído dos meios e das condições necessárias para a realização de seu trabalho , sejam materiais ou econômicas, como coloca Iamamoto;Carvalho (1998,p.80), porém, esta não é uma condição para que o mesmo não exerça sua autonomia profissional, este aspecto apenas explica que o profissional está submetido a uma relação de compra e venda de sua força de trabalho e portanto pode sofrer algumas restrições em sua atuação, mas não intervenções em sua autonomia técnica.

Assim como Iamamoto (2007), Raichelis (2011), salienta que a condição de trabalhador assalariado do Assistente social, em instituições públicas ou privadas, e em qualquer um dos espaços ocupacionais, faz com que ele não tenha controle sobre todas as suas condições e meios de trabalho, sendo que as instituições empregadoras definem até mesmo o objeto de intervenção do Assistente social, isto é, os recortes da questão social em que o profissional irá atuar. No entanto, os demais meios de trabalho, que são o conhecimento e habilidades profissionais, pertencem ao Assistente social, mas existe um conjunto de determinações que condicionam as possibilidades de desenvolvimento pleno deste saber especializado do profissional. Tais determinações se referem ao recorte de classe, gênero, raça, etnia que se aliam aos traços de subalternidade da profissão e a herança cultural católica, entre outros (SIMÕES, 2012, p. 109-111).

A definição do objeto de trabalho de intervenção do assistente social pelas instituições empregadoras, deixam claro dois aspectos: 1º) o recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas. 2º) a fragilização dos vínculos de trabalho à qual se encontram submetidos os assistentes sociais, que ficam expostos à violação de seus direitos trabalhistas enquanto trabalhadores assalariados. Segundo Moraes (2017), entre as prerrogativas do assistente social no exercício de sua autonomia profissional encontra-se à liberdade de escolher os instrumentos a serem utilizados em seu cotidiano profissional, no entanto, diante das condições colocadas, a plenitude dessa autonomia pode ser reduzida ao seu caráter técnico operativo, o que restringiria a capacidade interventiva dos assistentes sociais no campo de sua atuação, comprometendo dessa forma a compreensão dos fenômenos e reforçando o caráter pragmático dessa atuação.

[...] o caráter de instrumentalização da prática profissional deve ultrapassar o sentido estritamente operacional que vem sendo requisitado e reforçado historicamente, no bojo da dinâmica dos estabelecimentos nos quais o assistente social vem trabalhando. Deve, portanto ser visto como necessário tanto para a compreensão dos fenômenos com os quais lida como para a orientação de sua intervenção. Pelo fato de se defrontar com problemas sociais cuja expressão cotidiana se dá de forma fragmentada e individualizada, apanhar as determinações sociais desses problemas e traduzi-la em estratégias

de ação é um desafio constante na condução do processo de trabalho do Serviço Social, em relação aos meios pelos quais ele se realiza.(Almeida, 1983, p.41)

É no espaço sócio-ocupacional em que exercerá sua atuação profissional que o assistente social se deparará com os limites e possibilidades de sua profissão, sendo em sua relação de assalariamento que o profissional perceberá os limites institucionais ao exercício de sua relativa autonomia, visto que, se por um lado este profissional não poderá sofrer interferências em sua autonomia técnica, por outro, encontrar-se-á submetido às determinações estabelecidas por aqueles que pagam pelo seu trabalho e onde também poderá vivenciar a precariedade das condições de trabalho às quais estará submetido. Ao tratar do significado sócio histórico da profissão, Yasbeck (2009) aborda este aspecto da autonomia profissional e do assalariamento do assistente social:

[...] Como mediação, neste processo, o Serviço Social vai se inserir, obtendo legitimidade no conjunto dos mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, como assinalamos anteriormente, ultrapassam sua vontade e intencionalidade. Esta inserção que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da “questão social”, vai conferir um caráter não liberal pelo Ministério do Trabalho através da portaria n.35 de 19 de abril de 1949 (2009, p.11)

De acordo com a produção teórica do Serviço Social, a relativa autonomia do assistente social pode ser analisada sob 2 aspectos:

- I. o da expertise ou conhecimento especializado a que se refere à autonomia técnica;
- II. o da relação de assalariamento que impõe limites a autonomia profissional;

Para Yazbek (2006, p.11), mesmo em uma relação de assalariamento não se pode negar a relativa autonomia do assistente social a partir de características presentes na profissões liberais tais como: competências e atribuições privativas, reconhecidas pela lei de regulamentação da profissão – Lei nº 8662/93 que dispõe sobre o exercício profissional, além de outros aspectos como a singularidade que pode estabelecer com seus usuários, a presença de um Código de Ética orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos, além de representar uma intenção de ruptura com o conservadorismo no interior da profissão.

[...] o Código de Ética de 1986 representa um “marco de ruptura ética e ideopolítica do Serviço Social com o neotomismo e também com o funcionalismo” (Paiva e Sales in Bonetti e outros (1996:175). Tal ruptura com as influências tradicionais do Serviço Social se explicita através de novos deveres para os Assistentes Sociais, tais como: buscar alterar a correlação de forças no âmbito institucional; denunciar as falhas das instituições e a conduta antiética de outros profissionais. O Código de 1986, portanto se contrapõe aos Códigos anteriores que tinham uma perspectiva de apaziguamento de conflitos e de ajustamento social, negando as contradições sociais e as possibilidades de uma intervenção profissional crítica (SIMÕES, 2009, p.50)

Ao analisar a condição de assalariamento dos assistentes sociais, Iamamoto (2014) considera que essa autonomia é tensionada pela compra e venda dessa força de trabalho especializada á diferentes empregadores:

[...] O significado social do trabalho profissional do assistente social depende das relações que estabelece com os sujeitos sociais que o contratam os quais personificam funções diferenciadas na sociedade, [...] Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder [...] (2017, p.215).

O contrato de trabalho estabelece dessa forma uma relação de compra e venda dessa força de trabalho especializada que se materializa no assalariamento. Como os empregadores que são os proprietários dos meios de produção oferecem as condições materiais para que este trabalho seja realizado, podem também determinar as condições em que sua realização deve acontecer.

É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional. Ainda que os profissionais disponham de , no mercado de trabalho, de uma relativa autonomia na condução de suas atividades, os empregadores articulam um conjunto de condições que informam o processamento da ação e condicionam a possibilidade de realização dos resultados projetados , estabelecendo as condições sociais em que ocorre a materialização do projeto profissional em espaços ocupacionais específicos (Iamamoto, 2014, p.2019).

No entanto autores como Simões (2009), defendem a existência de outros aspectos que podem comprometer a implementação do projeto ético político do Serviço Social e ameaçar uma maior autonomia técnica em função do conhecimento especializado ter uma menor qualidade em função de alguns aspectos tais como: a proletarianização da categoria em função dos baixos salários e a falta de estabilidade no emprego. Aliado a isto, Iamamoto (2014) ainda aponta sucateamento da universidade pública e a expansão das instituições privadas de ensino superior com a implantação dos cursos de educação à distância, conhecidos pela sigla de EAD. As instituições, neste contexto, são regidas por critérios empresariais e tidas como referência organizacional, não apresentando um vínculo estreito com processo coletivo de elaboração e implementação das diretrizes

curriculares para os cursos de formação profissional na década de 1990, tendo sido elaboradas com base no novo direcionamento ético e político do Serviço Social, expressos em seu projeto ético-político.

Enfim, a aproximação do Serviço Social com a universidade, no contexto da autocracia burguesa, formou tanto profissionais comprometidos com as exigências de um modelo funcional-organizacional, quanto gestou por outro lado uma massa crítica, forjada nos espaços de reflexão que surgiram neste contexto, a partir do debate teórico-metodológico, decorrente do surgimento de segmentos profissionais formados no bojo da tradição marxista. Dessa forma, durante o contexto da Autocracia Burguesa, a categoria optou por uma determinada direção política a partir de sua aproximação com as correntes teóricas do marxismo, reforçando seu compromisso com a defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, sobretudo por se encontrar em meio à uma disputa de projetos políticos e profissionais distintos.

1.3.3 A Instrumentalidade no trabalho do assistente social.

A instrumentalidade no trabalho do assistente social deve ser concebida, segundo Guerra (2007, p.1) sob aspecto de uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico, remetendo à uma qualidade e capacidade de algo (pessoas, máquinas, conhecimentos, etc) em ser meio de obtenção de finalidades. Não devendo, portanto, ser reduzida à dimensão técnico-operativa da profissão. Constituindo-se assim em um meio necessário para a objetivação da intencionalidade inerente ao trabalho do assistente social, cujo fazer deve-se fundamentar na perspectiva crítica do materialismo histórico atendendo às três dimensões deste fazer: a técnico-operativa, a teórico-metodológica e a ético política. Segundo a autora citada:

[...] A instrumentalidade é a capacidade de articularmos estratégias e táticas mais adequadas (ou não) aos objetivos que pretendemos alcançar. Se no processo de trabalho o ser social aciona determinados níveis de racionalidade e põe em movimento a sua vontade, adequando-a às finalidades, a instrumentalidade do trabalho depende de uma definição da razão e da vontade do sujeito, depende de um processo de conhecimento (o mais aproximado possível da realidade e da tomada de decisão (a mais adequada em relação aos meios e fins (2016, p. 26)

No contexto do Capitalismo, os assistentes sociais se constituem nos profissionais que deverão atuar no atendimento de interesses distintos e na elaboração de respostas às demandas colocadas aos mesmos no enfrentamento das expressões da questão social, o que por sua vez demanda por parte destes profissionais o conhecimento das políticas públicas (importante na efetivação de direitos) e a capacidade de planejar suas ações, ou seja, [...] organizar, dar clareza e precisão à própria ação; transformar a realidade numa direção escolhida; agir racional e intencionalmente; explicitar os fundamentos e realizar um conjunto orgânico de ações (Legoway, 2007, p.236).

Entre os desafios enfrentados no bojo da profissão segundo Guerra (2014), está a formação de uma cultura profissional assentada na dimensão investigativa, visto que, o projeto pedagógico dos cursos de formação profissional do Serviço Social tem dado maior ênfase a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos e menor centralidade à dimensão investigativa na formação dos assistentes sociais. Ao retomar a temática da sistematização³ da prática em Serviço Social, Almeida (1995), conclui que a profissão, se ocupou minimamente de produzir informações e organizar processos em que a sua “prática”, ainda que não unilateralmente, pudesse se constituir em objeto de reflexão. Para Guerra (2014) embora exista uma relação entre dimensão investigativa e sistematização da prática, em nome do rigor teórico metodológico há de se fazer a distinção entre ambas.

Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância (sobre isso ver Netto, 1989, p. 151). O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. Aqui, a investigação da realidade se situa como exigência do exercício profissional. É importante notar que a suposta e equivocada concepção sobre a teorização do Serviço Social (ou seja, a formulação de uma história e de uma metodologia próprias) foi conduzida pela identificação também equivocada entre sistematização e elaboração teórica. (GUERRA, 2014, p. 8)

³ A sistematização no trabalho do assistente social é antes de tudo uma estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja, revitaliza e atualiza o estatuto teórico da profissão, condição social e institucionalmente reconhecida para a formação de quadros nesta profissão. (Almeida, 1995, p. 1).

A investigação da realidade no contexto da atuação profissional do assistente social se constitui em um aspecto essencial para a realização de uma intervenção eticamente qualificada e sintonizada com os princípios propostos pelo projeto ético-político da profissão. Sendo assim, a partir de tais preceitos a atuação profissional deveria se orientar na busca pela efetivação dos direitos sociais da classe trabalhadora, em um contexto de reprodução e perpetuação das desigualdades sociais dentro do modo de produção capitalista. Neste sentido, em seu exercício profissional, o assistente social ao promover a articulação das dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, assume um posicionando contrário ao neoconservadorismo e seus modelos funcionais de intervenção presentes na profissão.

O caráter investigativo da profissão nesse sentido, poderá conferir ao exercício profissional outras possibilidades de olhares e abordagens a partir de um maior conhecimento não apenas da realidade social na qual os usuários se inserem bem como da utilização dos instrumentos adequados e pertinentes à serem utilizados nas diversas situações que se apresentem.

Assim, a clareza do direcionamento profissional no cotidiano de trabalho do assistente social, pode instrumentalizá-lo a perceber a atualização do conservadorismo presente na profissão, permitindo-lhe proceder à utilização adequada dos instrumentos técnicos de forma a não reduzir sua utilização à ações de controle social sobre a pobreza, não transformando a intervenção profissional em uma forma de devastação da privacidade dos usuários para não reforçar o mecanismo de responsabilização do mesmo pela situação na qual possa se encontrar, encobrimdo dessa forma a realidade de exclusão social dos setores empobrecidos característica do modo de produção capitalista.

Mas de que se trata a dimensão técnico-operativa do Serviço Social? Trindade (2001) a concebe como condição de parte da intervenção do Serviço Social nas relações sociais, e não como um arsenal de instrumentos e técnicas aplicáveis de forma padronizada e racional, capazes de atingir fins imediatos. Neste contexto, tais instrumentos devem ser utilizados como mecanismos reguladores e moralizadores das relações sociais, com o objetivo a adequar e controlar comportamentos de acordo com os interesses da classe dominante.

Capítulo II - O Trabalho do Assistente Social no Contexto da Educação Especial em Mariana/MG.

Diferentemente de outros espaços sócio-institucionais, o assistente social na APAE/Mariana faz parte de uma equipe multiprofissional e não se encontra em uma relação de subordinação a uma coordenação, tendo a liberdade de exercer sua autonomia profissional sem questionamentos dentro da instituição. No entanto o volume de trabalho e a sua carga horária de 20 horas semanais, evidenciam a precarização em suas condições de trabalho e acabam por aproximar sua atuação profissional de práticas conservadoras ainda presentes na profissão.

2.1 APAE um espaço sócio ocupacional do 3º setor.

A expressão 3ºsetor comporta inúmeras definições e de acordo com Almeida (2019), existe um desconhecimento acerca do que venha a ser o 3º setor e de que realmente se trata. Em sua análise, o autor discute a concepção de diferentes autores sobre o tema e acaba por defini-lo como um termo “guarda-chuva”, isto é, um conceito no qual se agrupam vários termos correlatados, comportando um variedade de concepções e não havendo um caráter consensual quanto à sua definição. Podendo estar associado aos setores de: caridade e filantropia, voluntariado, economia social, organizações não-governamentais, etc.

Uma das justificativas utilizadas para justificar a transferência da responsabilidade social do Estado para o 3º setor, segundo Montañó (2019), é o discurso da suposta escassez de recursos por parte do Estado. Este autor discute a funcionalidade deste segmento ao projeto hegemônico de reestruturação do capital que, orientado nos postulados neoliberais, desarticula e apazigua as lutas sociais, adequando-se à reforma do Estado, particularmente no que se refere à seguridade social e à responsabilidade social como direito à cidadania. O Estado no contexto do neoliberalismo tem paulatinamente sua área de atuação reduzida e acaba por se tornar um subsidiador das entidades dos 3º setor em nome do discurso da parceria, que consiste na transferência de fundos públicos para tais instituições buscando assegurar seu funcionamento minimamente.

A implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, ocorre no Brasil na década de 1950, em um contexto onde o conservadorismo predominava na profissão e a assistência social ainda encontrava-se associada aos ideais de caridade, benemerência e filantropia, sendo que neste momento ainda não se utilizava

o termo 3º setor, constituindo-se a instituição em é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos de direito privado, responsável pelo atendimento de Pessoas com Deficiência Intelectual, a partir do 0 ano de vida.

O assistente social neste cenário, era concebido como o profissional da ajuda e não da intervenção técnica, como passou a ser proposto pelo movimento de Renovação do Serviço Social ocorrido no contexto da autocracia burguesa na década de 1980 e a partir do qual se constrói um arcabouço jurídico, com a demarcação de atribuições e competências profissionais para os assistentes sociais através da Lei 8.662/93 e o Código de Ética Profissional. Assim, Yasbek (2009) destaca o protagonismo do Serviço Social na construção dos direitos sociais junto às classes trabalhadoras:

No conjunto desta ação profissional institucionalizada , o assistente social é reconhecido como o profissional da ajuda , do auxílio, da assistência, da gestão de serviços gerais, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos , orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação: Estado, instituição, classes subalternas (Yasbek, 2009, p.14).

Um dos desafios enfrentados pelo assistente social no espaço sócio -ocupacional da APAE é desenvolver uma atuação profissional crítica em um espaço de confronto de interesses e princípios. A APAE se constitui em uma instituição que se marca por um viés beneficente, filantrópico e assistencialista, cujos valores encontram-se expressos em sua missão institucional, situando-se dessa forma na contramão dos princípios ético-políticos, teóricos-metodológicos e técnico-operativos construídos, instituídos e defendidos pela a categoria nas últimas décadas, para nortear uma atuação profissional de forma ética, profissional e voltada para a defesa dos interesses das classes trabalhadoras, sobretudo a partir da observância dos princípios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993, p.23) :

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbitrio e do autoritarismo.
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminado e à discussão das diferenças;

- VII. Garantia do pluralismo, por meio do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o
- VIII. constante aprimoramento intelectual;
- IX. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- X. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- XI. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XII. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física;

Na APAE/Mariana, a atuação do assistente social se insere no contexto da política pública de educação, onde a manutenção da Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho, é feita através de parcerias com o governo do estado e o município, que fornecem recursos materiais e humanos para seu funcionamento. O que pode ser observado na atuação profissional da assistente social neste espaço, que acaba assumindo as atribuições de articular, intermediar e assessorar as famílias de seus alunos, não apenas junto à secretaria municipal de educação mas também junto à secretaria de assistência social, secretaria de saúde e mesmo junto ao INSS, devido as demandas variadas trazidas pelas famílias de seus alunos, imbuídas da ideia de que a instituição tem uma força que elas não tem na reivindicação de seus direitos. O que muitas vezes, em função do volume de trabalho, leva a profissional a uma constatação: *as pessoas precisam entender que isso aqui é uma escola e deve funcionar como uma escola.*

É possível perceber que a assistente social em seus atendimentos junto aos alunos e suas famílias tenta desconstruir o caráter de tutela que o Serviço Social adquiriu na instituição em sua gênese conservadora. Em função disso as orientações são repassadas à família, sendo que muitas vezes a profissional as acompanha nos serviços onde devem buscar atendimento, com o objetivo de orientá-las quanto à forma de reivindicar os direitos de seu parente deficiente e quanto à forma de funcionamento da rede de atendimento, quer seja na assistência, saúde, educação ou previdência.

Ao longo do desenvolvimento do estágio obrigatório na APAE/Mariana, realizamos diariamente o registro acerca da atuação cotidiana da assistente social naquele campo, podendo-se observar que a conduta profissional da mesma, se mostrava pautada nos princípios e valores do projeto ético-político da categoria, materializado por sua vez no Código de Ética da profissão, orientando-se na defesa dos direitos sociais de alunos deficientes que são atendidos pela instituição, bem como de suas famílias, e entendidos enquanto um segmento da classe trabalhadora. Neste contexto é possível perceber que a

assistente social em seus atendimentos junto aos alunos e família, procura cotidianamente desconstruir o caráter assistencialista que o Serviço Social acabou por incorporar ao âmbito de uma instituição de caráter conservador, que se constitui em um momento que a profissão ainda se encontrava atrelada às ideias de ajuda através da caridade e benemerência.

Assim, todas as orientações são repassadas às famílias, sendo que, muitas vezes a profissional os acompanha (aluno e família) nos serviços onde devem buscar atendimento, com o objetivo de orientá-los quanto à forma de funcionamento da rede de atendimento, quer seja no âmbito da política pública da assistência, da saúde, da educação ou da previdência, para que adquiram autonomia, e vejam reforçado seu protagonismo na condução de sua vida, ao conseguirem acessar os serviços da rede proteção e garantia de direitos de forma correta e assim verem encaminhadas suas demandas.

No contexto da educação especial, o papel do assistente social se constitui não apenas em defender os direitos dos alunos matriculados na instituição, mas também de desenvolver um trabalho que procure promover mudanças de atitude junto à sociedade, buscando promover uma transformação na forma de se relacionar com a deficiência, em um âmbito que ultrapasse os limites da instituição. A inserção e inclusão de muitos dos alunos no mercado de trabalho, junto às empresas, faz parte dessa mudança de comportamento proposta pelo Serviço Social da instituição, que desenvolve seu trabalho com base na exigência legal das cotas para deficientes.

A profissão, de acordo com o projeto ético-político hegemônico, assume o compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a ampliação da cidadania, com a qualidade dos serviços prestados, com a luta em favor da equidade e da justiça social. Compromissos estes que devem ser perseguidos nas atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais. Para isso, os profissionais devem privilegiar a utilização de instrumentos de caráter democrático, coletivo, menos burocrático, sempre alinhados com a realidade em que intervêm. (Santos, 2013, p. 28).

Ainda, com base nas anotações do Diário de Campo, observou-se que trabalho do Serviço Social com as famílias dos alunos matriculados na escola de educação especial da APAE/Mariana, se orienta no sentido de prepará-los para que tenham autonomia e protagonismo na busca pelos seus direitos e no atendimento de suas demandas, tanto o aluno quanto a família. Orientá-los, assessorá-los em consultas médicas e/ou psiquiátricas, constitui-se para o Serviço Social da APAE em uma forma de mostrar o caminho e preparar as familiares cuidadores para acessar os serviços de forma correta na busca pelo atendimento de seus entes deficientes, quer seja na consulta médica com um

especialista fora de seu domicílio, na realização de um exame e intervenções médicas/odontológicas complexas com necessidade de sedação ou mesmo no comparecimento à uma consulta de rotina no pronto atendimento.

A Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho da APAE/Mariana conta apenas com uma assistente social, que trabalha sozinha em uma jornada de 20 horas/semanais e que por outro lado já exercia a função de secretária na instituição a muitos anos, cumprindo uma jornada de 8 horas/semana e assim enfrentando uma dupla jornada em seu cotidiano. Este fato a sobrecarrega e reflete a precarização de suas condições de trabalho, acabando por se constituir em um aspecto que poderá acarretar um comprometimento em sua capacidade de atendimento às demandas que se apresentam em seu cotidiano profissional.

A situação sócio-ocupacional do assistente social nesse campo de trabalho nos remete à discussão da precarização das condições de trabalho deste profissional. Em 2013 foi realizado em Belo Horizonte o III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado pelo CRESS-MG, sendo apresentada nesse evento uma pesquisa intitulada: Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais de BH: espaços ocupacionais, formação e exercício profissional, onde os autores Guiraldelli, Maciel e Figueiredo analisaram o aspecto da precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais na capital mineira e de que forma a categoria tem sido impactada por este *quadro de desestruturação, precarização e flexibilização do mundo do trabalho* (2016, p.1).

Segundo a pesquisa, esta categoria profissional tem se submetido às relações de trabalho cada vez mais precarizadas no contexto do neoliberalismo, onde o discurso da flexibilização das relações de trabalho tem sido utilizado para justificar certas propostas que minam os direitos sociais do trabalhador assalariado, e a realidade é que boa parte dos assistentes sociais estão submetidos a este tipo de relação de trabalho, nos mais diversos espaços. Oliveira (2011), ao analisar a ausência do serviço social nos processos de organização da cultura, que mesmo após o Movimento de Renovação da categoria, na década de 1980, que se marcou pela crítica ao caráter conservador da profissão, em relação aos campos de intervenção dos assistentes sociais, constatou que a atuação profissional não ultrapassou áreas consideradas tradicionais, ou seja, sobretudo a área pública onde se encontram a maior parte das possibilidades de inserção no mercado de trabalho, como já foi anteriormente colocado:

Por áreas tradicionais do Serviço Social entendo as instituições que tratam de saúde pública, da questão da criança, bem como juizados, prefeituras, centros educacionais públicos, além de Ministérios e instituições públicas que ocupam um número importante de trabalhadores. (OLIVEIRA, 2011, p.43)

No entanto o quadro de deterioração de relações apresentado acaba por resultar em desdobramentos comprometedores à atuação do assistente social enquanto trabalhador assalariado devido a aspectos como: fragilidade dos vínculos de trabalho; a ausência de proteção social e perda de direitos trabalhistas em função dos processos de terceirização de serviços; dificuldades financeiras para realização de cursos de capacitação e pós-graduação. As dificuldades encontradas pelos profissionais em se atualizar e se capacitar, acaba por comprometer a criticidade em seu trabalho e consequentemente afetam a qualidade do serviço ofertado aos usuários da instituição.

Fica explícito que o Serviço Social, como profissão inserida nas contradições da sociedade capitalista também é reflexo das suas determinações, e por isso, diante das alterações profundas consubstanciadas no mundo do trabalho, também tem seus postos de trabalho degradados, deteriorados e precarizados. (Guiraldeli, 2013, p.3).

Segundo dados apresentados por pesquisa desenvolvida junto aos profissionais em Belo Horizonte, existe por parte da categoria de assistentes sociais uma consciência acerca da necessidade de realizações de capacitações e atualizações ao longo da carreira, no sentido de qualificar suas intervenções e melhorar a atuação profissional nos campos de trabalho. O estudo apontou para as dificuldades apresentadas pelos profissionais entrevistados em compreender a relação de unidade entre teoria e prática e a consequente reprodução do discurso de que na prática a teoria é outra. As dificuldades de apreensão dos referenciais teórico-metodológicos do Serviço Social, muitas vezes acaba por promover a aproximação dos assistentes sociais com os referenciais metodológicos de outras áreas como a psicanálise, o que pode por sua vez contribuir para reestabelecer dimensões e aspectos do conservadorismo na atualidade (GUIRALDELI, 2013, p.12).

Assim, ao observarmos mais de perto percebemos que embora a assistente social dentro da APAE/Mariana não tenha cerceado a sua autonomia profissional, e possa atuar com liberdade, algumas situações em seu cotidiano profissional, possivelmente são potencializadoras de uma possível reatualização do conservadorismo em sua atuação profissional no âmbito da instituição, visto que, como única profissional do Serviço Social, precisa lidar com 4 políticas públicas a saber: Saúde, Assistência Social, Previdência Social e Educação, em função de situações demandadas pela clientela que

acompanha, além dos atendimentos feitos diariamente na instituição às famílias, ou as visitas domiciliares, depende da resolutividade de outros serviços nos encaminhamentos que faz à rede socioassistencial do município. Com uma carga horária reduzida e com grande volume de trabalho, os atendimentos acabam sendo fragmentados e individualizados, atendendo por vezes a imediatividade das situações e reproduzindo práticas conservadoras ainda presentes na profissão.

2.2 Os Modelos da Deficiência

A história da deficiência até a década de 1970, era a história da exclusão e da segregação das pessoas, em sua luta contra esta situação o sociólogo Paul Hunt tornou-se o pioneiro na luta pela inclusão das pessoas com deficiência, e fundador da 1ª entidade de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, denominada UPUIAS. sendo responsável por um outro olhar sobre o corpo deficiente. Não mais na perspectiva da doença mas da diferença.

2.2.1 O Modelo Médico da Deficiência (Biomédico)

Até a década de 1970, houve um predomínio do discurso médico acerca da deficiência, havendo associação à ideias como cura e reabilitação. Assim as intervenções que se propunham até então, tinham como foco principal o corpo do sujeito, buscava-se promover seu funcionamento ou o funcionamento que interessasse à sociedade, uma vez que a deficiência era encarada como fator responsável por desvantagens sociais às quais as pessoas deficientes estavam submetidas. Um corpo com deformidades, acreditava-se então, não seria produtivo, mas se constituiria em um fator de restrições à participação destas pessoas na vida social e no mundo do trabalho. FRANÇA (2014) ao analisar a relevância do trabalho das pessoas deficientes aborda a compreensão de deficiência segundo o modelo médico, relacionando-a ao aspecto da desvantagem.

O Modelo Médico (ou Biomédico) da Deficiência compreende-a como um fenômeno biológico. Segundo tal concepção, a deficiência é a lesão no corpo, adquirida primariamente por meio de uma doença, ou como consequência dessa. Decorre da deficiência uma excepcional incapacidade física, ao passo que tal condição de saúde leva os indivíduos a uma série de desvantagens sociais. Este modelo pauta-se por uma ideologia normalizadora que consiste na crença de que há um parâmetro normal que deve ser percebido e almejado pelos indivíduos e populações. Aqueles que se distanciam dessa referência devem sofrer ações interventoras para regularizar a situação ou, ao menos, reduzir o desvio. Essa ideologia tem implicação direta na vida das pessoas com deficiência. (FRANÇA, 2014,p.8)

Um modelo que leva em consideração um padrão de normalidade a ser atingido, trabalha na perspectiva da cura e desconsidera as barreiras impostas por uma sociedade que igualmente desconsidera os sujeitos deficientes, não fazendo a dissociação necessária entre deficiência e doença, visto que, o sujeito pode ser deficiente e saudável, da mesma forma que pode ser deficiente e doente. O modelo médico da deficiência, se restringe à intervenção sobre o corpo do sujeito, segundo França (2014, p.8) [...] Dever-se-ia, assim, realizar intervenções sobre o corpo para promover o seu funcionamento adequado (quando possível) e servir à sociedade [...]. Portanto, faz-se necessário levar em conta a particularidade de cada caso.

Quando a ideologia da normalização defende a cura e a reabilitação dos sujeitos como as formas de intervenções possíveis, desconsidera aqueles que, em função de seu nível de comprometimento não podem corresponder a esse tipo de intervenção. O Modelo Médico da Deficiência não apontava alternativas para estas pessoas, para a possibilidade de sua integração social.

A ideologia da normatização foi anterior ao Modelo Médico da Deficiência porém, serviu de base para ideologias eugenistas⁴ tal como ocorreu na Alemanha Nazista da década de 40, no contexto de extermínio dos judeus, quando os deficientes duplamente discriminados eram igualmente exterminados.

Talvez, o maior exemplo de eugenia conhecido e documentado seja a perseguição e extermínio em massa de judeus durante o Terceiro Reich, evidenciando a importância que a etnia e a raça tiveram nesse processo. Porém, inicialmente, o projeto político de busca pelo dito aprimoramento da raça ariana instituiu a perseguição às pessoas com deficiência, como teste de popularidade das iniciativas do governo (Kudlick 2003). Dentre as principais ações voltadas às pessoas com deficiência, nesse primeiro momento, destaca-se a esterilização forçada e o apoio à “eutanásia”, que serviu para desenvolver os métodos de extermínio extensamente utilizados posteriormente, como a câmara de gás (DRA, 2001). Na sequência, ainda guiados pelo ideal de erradicação das deficiências na população alemã, discursivamente articulada com a redução de gastos públicos, ocorreram assassinatos de crianças em unidades pediátricas e de adultos nos campos de concentração, destino primeiramente imposto àqueles que não fossem considerados aptos ao trabalho

⁴ Eugenia: termo utilizado por Francis Galton, em 1883, para definir o “estudo dos fatores físicos e mentais socialmente controláveis, que poderiam alterar para pior ou para melhor as qualidades racionais, visando o bem-estar da espécie” (3). A busca incansável do homem pela melhor compleição física e mental dele próprio e de sua descendência culminou com a tentativa de sistematização da eugenia com base em argumentos científicos e a esperança de melhorar e aperfeiçoar a espécie humana através do controle reprodutivo dos indivíduos. (Mai Lilian D. e Angerami, Emília, L.S., 2006, p.256)

forçado (DRA, 2001). É estimado que o número de vítimas do Holocausto, exterminadas por possuírem uma deficiência, tenha atingido a marca de um milhão. (FRANÇA, 2014, p.10).

Embora a eugenia, tenha nascido vinculada á uma preocupação científica com a saúde, buscando assegurar a reprodução humana de futuras gerações de forma saudável, através da aquisição de conhecimentos científicos , esta pretensão, acabou adquirindo um caráter pejorativo a medida em que foi utilizada para justificar discursos e ações de grupos ou governos que defendiam um maior controle sobre a reprodução de pessoas com doenças genéticas e sobretudo, sobre as camadas pobres da sociedade européia no século a partir do século XIX, que passaram a ser vistas como ameaça. A eugenia serviria para justificar o Darwinismo Social⁵.

Observa-se com amarga ironia que o desenvolvimento do darwinismo social, do racismo “científico” e da eugenia, foi paralelo ao do ideal liberal e democrático , os quais apelaram para o novel prestígio da ciência quando foi preciso justificar as desigualdades e acalmar as consciências pesadas ante a recusa do reconhecimento ou a flagrante violação dos direitos de uma parte da humanidade (BOLSANELLO, 1996,P.155).

A ICIDH ou traduzindo para o português, a CIDID- Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, proposta pela Organização Mundial de Saúde- OMS, a partir da década de 70 se constitui no marco conceitual do modelo médico da deficiência. Segundo Farias e Buchala (2005, p.289) destacam-se neste contexto 3 conceitos de importância fundamental para o entendimento deste modelo:

- I. **Deficiência/Impairment** - descrita como as anormalidades nos órgãos e sistemas e nas estruturas do corpo;
- II. **Incapacidade/Disability** - é caracterizada como as consequências da deficiência do ponto de vista do rendimento funcional, ou seja, no desempenho das atividades.

⁵ O darwinismo social pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humanas. Seu grande mentor foi o filósofo inglês Hebert Spencer (1820-1903), que inclusive criou a expressão “sobrevivência dos mais aptos”, que mais tarde também seria utilizada por Darwin. O darwinismo social considera que os seres humanos são , por natureza , desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores. A vida na sociedade humana é uma luta natural pela vida, portanto é normal que os mais aptos vençam, ou seja, tenham sucesso, fiquem ricos, tenha acesso ao poder social. Econômico e político; da mesma forma é natural que os menos aptos fracassem, não fiquem ricos , não tenham acesso á qualquer forma de poder. Além disso, Spencer argumentava que o processo natural da seleção biossociológica das elites era prejudicado pelo Estado, com a adoção de medidas sociais de ajuda aos pobres. Argumentava que a teoria científica da seleção natural mostrava que os inferiores, os menos aptos, deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes. (BOLSANELLO, 1996, p.154)

III. **Desvantagem/Handicap** – reflete a adaptação do indivíduo ao meio ambiente resultante da deficiência e incapacidade.

Assim, a luta das pessoas com deficiência a partir da década de 1970, se orientou no sentido de ultrapassar a eugenia, o darwinismo social e o preconceito e conceber a deficiência a partir da limitação da funcionalidade e do desempenho e não da perspectiva da cura e da reabilitação. Os objetivos passam a ser a busca da autonomia e a discussão acerca do conceito de normalidade, surgindo dessa forma uma abordagem crítica em relação a questão da deficiência denominada de Modelo Social da Deficiência

2.2.2 O Modelo Social da Deficiência

A definição de deficiente segundo a Lei nº 13.146 /2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência é:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência se constitui em uma conquista e um avanço em relação á cidadania de um grupo social que se manteve á margem da sociedade por muito tempo , excluído , sem voz e sem direitos, apenas inserido em uma sociedade marcada pelo preconceito em relação á outros atores sociais como o negro, o velho, o pobre , o índio , o louco, etc. Com uma nova forma de abordagem acerca da deficiência , marcada pela criticidade, tornou-se necessário ampliar o debate acerca do que viria a ser deficiência e como tal conceito foi sendo reelaborado ao longo do tempo enquanto uma construção cultural.

A incapacidade , por muito tempo, foi um aspecto enfatizado em relação ás pessoas com deficiência para justificar sua segregação da vida social, no entanto, as dificuldades encontradas por estas pessoas foram, sobretudo, decorrentes de uma sociedade que não reconhecendo seu direito de inclusão não proporcionava-lhes condições para sua efetiva participação na vida social, utilizando-se para isso de um discurso que enfatizava as dificuldades decorrente da deficiência, procurando justificar sua exclusão e o preconceito que sofriam.

Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), avaliação da deficiência passou a ser biopsicossocial, ou seja, passou a ser feita por equipe multidisciplinar, sendo portanto médica e social:

[...] Ainda é comum que essas pessoas sejam chamadas de inválidas, incapazes, excepcionais, anormais ou, com um verniz de carinho, especiais (tentando disfarçar a deficiência por trás de um adjetivo bonito). A luta pela inclusão destas pessoas com deficiência nem sequer começa se não partimos da constatação neutra e realista de que são pessoas, tanto quanto quaisquer outras, e que sua especificidade e o fato de terem alguma deficiência definida por características físicas, psíquicas ou sensoriais que a sociedade discrimina, impondo limites ou cultivando barreiras à sua plena participação. O importante é derrubar as barreiras que ainda existem nas leis e nos costumes, além de criar mecanismos para promover a inclusão das pessoas com deficiência, pois o preconceito, entranhado na cultura, é uma mancha difícil de remover (BASILE, 2015, p.1).

O modelo social da deficiência se baseia sobretudo na CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde e faz parte do grupo de classificações internacionais criadas pela OMS: Organização Mundial de Saúde que busca trabalhar a deficiência a partir de outros parâmetros, a partir de outras formas de abordagem, focando sobretudo nos aspectos da funcionalidade e da incapacidade:

Os debates sobre o sentido de “deficiência” não se esgotaram com a aprovação da CIF. Ademais, como vemos, o termo deficiência desaparece nesta classificação e os termos funcionalidade e incapacidade ganham destaque. A proposta da OMS é que a CIF não seja apenas para aqueles com deficiências, sendo sobre todas as pessoas. O que está em causa, portanto, é a relação do indivíduo com a sociedade e, neste artigo, preocupa-nos essa questão. Os debates sobre o sentido de “deficiência” não se esgotaram com a aprovação da CIF. Ademais, como vemos, o termo deficiência desaparece nesta classificação e os termos funcionalidade e incapacidade ganham destaque. A proposta da OMS é que a CIF não seja apenas para aqueles com deficiências, sendo sobre todas as pessoas. O que está em causa, portanto, é a relação do indivíduo com a sociedade e, neste artigo, preocupa-nos essa questão. (GAUDENZI e ORTEGA, 2016, p.306).

Quando o corpo deficiente a partir da Idade Moderna tornou-se um objeto dos estudos científicos e as causas das deficiências passaram a ser estudadas pelos cientistas, houve um grande avanço sobre o saber construído até então. O corpo deficiente deixou de ser objeto da ira divina, deixando de ser demoníaco para ser doentio, percebeu-se os avanços em relação às crenças construídas sobretudo a partir das convicções baseadas no universo religioso. No entanto isso não foi suficiente para que estas pessoas pudessem ser vistas de forma menos preconceituosa e tratadas com mais dignidade, ao contrário, passaram a ser discriminadas pela marca que visivelmente traziam no corpo ou pelo comportamento alterado, não menos visível.

Os direitos sociais se constituíram em conquistas recentes na história das pessoas com deficiência, no Brasil e no mundo. Na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da década de 70 do século XX, podemos destacar o pioneirismo de Paul Hunt⁶ na criação da 1ª entidade em defesa dos direitos das pessoas com deficiência na Inglaterra, a UPIAS: Union of the Physically Impaired Against Segregation:

[...]Esta questionava a compreensão biomédica tradicional da deficiência como um problema individual e afirmava que a experiência da deficiência não era resultado da lesão individual, mas de uma sociedade hostil à diversidade humana (GAUDENZI e ORTEGA, 2016, p.3063).

Assim o modelo social da deficiência propõe um outro olhar, construído a partir de um outro lugar, não mais a partir do assistencialismo ou da benemerência, o que torna o sujeito objeto da caridade, piedade, da boa vontade alheia ou do favor, mas, a partir do reconhecimento político de seus direitos enquanto cidadão, através de uma cidadania de fato.

Dentro desta nova forma de conceber a deficiência, a partir da CIF, o comprometimento corporal já não se encontra necessariamente ligado à doença. Um indivíduo pode ser deficiente e saudável ou mesmo deficiente e doente, sendo que a deficiência pode estar relacionada à doença mas não que esta relação tenha obrigatoriamente que estar estabelecida. Ou seja, a deficiência pode estar associada a doenças mas ela em si não deve ser encarada como uma doença.

Dessa forma, a partir da aprovação da CID em maio de 2001, o enfoque médico na compreensão da incapacidade deixa de ser hegemônico e o foco vai ao poucos deixando de ser a preocupação com cura. A partir do modelo social da deficiência, a incapacidade é colocada para além das limitações individuais do sujeito, levando-se em conta o contexto social no qual o mesmo encontra-se inserido, sendo que, as barreiras impostas pelo ambiente não podem mais ser desconsideradas, passando-se a constituírem em aspectos que podem tornar a deficiência incapacitante, transformando-a em desvantagem social. Com a CIF, ocorre uma mudança nas formas de se relacionar com a deficiência.

A maior contribuição da CIF, segundo o autor, é estimular a construção de uma compreensão relacional da desabilidade/incapacidade, na qual sejam considerados outros fatores determinantes: corpo, pessoa, contexto e fatores

⁶ Na década de 1970, impulsionada por Paul Hunt, sociólogo deficiente físico, foi constituída a primeira organização política sobre a deficiência formada e gerenciada por deficientes, denominada *Union of the Physically Impaired Against Segregation*. (GAUDENZI e ORTEGA, 2016, P.3063)

sociais e ambientais. Ao fazer isso, a CIF aponta que qualquer compreensão sobre funcionalidade e saúde deve necessariamente incorporar aspectos dos modelos biológico e social, o que representa seu compromisso com uma abordagem pluralística e consensual na construção de uma teoria sobre a incapacidade.(MÂNGIA, 2008, P.130)

2.3 Diário De Campo: um Instrumento para observação da Prática Profissional e Reflexão Crítica.

O Diário de Campo constitui-se em um instrumento importante para o estagiário enquanto ferramenta de registro da experiência que se vivencia no cotidiano do espaço sócio-institucional. Constituindo-se assim no instrumento para onde serão transportadas suas impressões, observações e reflexões, compreensões e dúvidas acerca do espaço onde o estagiário se encontrará inserido e onde poderá confrontar uma idéia muito debatida dentro do Serviço Social acerca da relação entre teoria e prática ou seja se na prática a teoria seria outra realmente seria outra. Para Murad (2019), o estágio ganha centralidade diferenciada na formação profissional a partir da implantação da Diretrizes Curriculares de 1996, sendo uma das atividades indispensáveis e integradoras do currículo.

Ainda segundo autora referida (MURAD,2019, p.7), através das anotações do Diário de Campo, o estagiário/sujeito que faz as observações pode refletir acerca de aspectos importante tais como: sobre os procedimentos e estratégias utilizadas, as metodologias adotadas, a abordagens feitas, e mesmo sobre as idéias preconcebidas acerca dos sujeitos envolvidos. Para o estagiário de Serviço Social, o Diário de Campo pode ter inúmeras finalidades enquanto uma ferramenta de registro:

- I. Registrar o cotidiano da instituição e o fluxo de trabalho profissional, ação importante para a realização da necessária análise institucional;
- II. Guardar informações referentes a outras instituições, as quais possam compor a rede socioassistencial que o profissional precisa conhecer para realizar os devidos encaminhamentos e acompanhamentos dos casos atendidos – desburocratizando dessa maneira, potencialmente, o atendimento;
- III. Anotar observações acerca do “não dito” em entrevistas, visitas domiciliares, visitas hospitalares, dentre outras formas de comunicação direta com os usuários do Serviço Social;
- IV. Problematicar questões que podem vir a ser importantes em futuros movimentos de pesquisa e inclusive na construção do perfil dos usuários de determinada política pública e no planejamento e avaliação da mesma;
- V. Identificar as demandas ocultas que podem existir em um primeiro atendimento⁷;
- VI. Compilar as inquietações do profissional em relação à realidade tanto dos usuários quanto do seu cotidiano de trabalho – o que facilita a elaboração teórica posterior no âmbito da problematização;

⁷ Quando o usuário é uma vítima de violência doméstica, por exemplo, é frequente que esta não seja a demanda que desencadeou o atendimento, mas é algo que pode ser percebido a partir de um olhar atento e de detalhes notados durante a entrevista. Nesse caso, pode-se anotar no diário de campo algo considerado incomum durante o atendimento, para refletir posteriormente sobre essa situação e poder prestar a devida assistência ao usuário.

- VII. Anotar informações pertinentes a serem abordadas em reuniões de equipe, assim como registrar elementos do ambiente que o cerca; dentre outras possibilidades.

Para esta autora, o Diário de Campo se constitui em um instrumento inspirado no trabalho dos primeiros antropólogos, podendo ser utilizado para fornecer subsídios para a pesquisa e/ou intervenção. Destaca-se assim a importância atribuída pelo antropólogo Bronislaw Malinowsky ao trabalho de campo e a importância dada pela antropologia moderna a este tipo de registro. Em relação ao Serviço Social o uso do Diário de Campo justifica-se em função da ênfase dada ao estágio no processo de formação dos assistentes sociais nas últimas décadas e a necessidade de produção do TCC, ambos constituídos e construídos com base nas diretrizes da ABEPSS.

E assim, a partir da observação e do registro, configura-se o contato do estagiário do Serviço Social com o campo profissional, com suas contradições, limites e possibilidades, seus avanços e recuos, o contato com a realidade de precarização das condições de trabalho dentro dos espaços sócio-institucionais onde se encontram e com toda a instrumentalidade da qual um profissional pode lançar mão para, não somente, fazer o atendimento individualizado, característicos de demandas imediatas e concretas do sujeito mas, buscando desenvolver um trabalho na perspectiva de seus direitos e de sua emancipação, de acordo com a orientação ético-política da profissão.

2 Considerações Finais

A discussão acerca da autonomia do assistente social no contexto da educação especial, ganhou atenção neste estudo e se constituiu no fio condutor para a compreensão da profissão do Serviço Social, a partir de elementos como a formação profissional, o projeto ético político e a instrumentalidade do assistente social. Entendemos que a compreensão da profissão e seus desafios na contemporaneidade se faz a partir da apropriação de seus fundamentos históricos, políticos e metodológicos, para que, a partir da leitura crítica da realidade social, onde o assistente social possa desenvolver sua atuação profissional de forma crítica. Uma prática esvaziada de direcionamento e criticidade poderá reduzir a atuação profissional a um caráter pragmático, podendo transformar o assistente social em mero executor de rotinas burocráticas no espaço socioassistencial onde estiver inserido.

O campo de atuação escolhido para o estudo justificou-se em função de ter se constituído em espaço sócio-ocupacional de realização do estágio obrigatório nos anos de 2017/18, sendo que além da revisão bibliográfica, utilizamos também o Diário de Campo enquanto um instrumento de registro de memória do campo, a partir da observação do cotidiano institucional e suas particularidades, bem como da atuação profissional da assistente social dentro do espaço institucional de uma entidade do 3º setor (não estatal e não mercantil), a Escola de Educação Especial Izaltino Teodoro de Almeida Filho, da APAE/Mariana.

Atualmente as APAEs são o maior movimento social de caráter filantrópico do Brasil e do mundo em sua área de atuação, mantendo seu objetivo inicial de lutar pela defesa de direitos, atendimento e garantia da qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência (EL ABED, 2017, p.49).

Esse estudo se constituiu em uma primeira aproximação com o tema da autonomia relativa no trabalho do assistente social, no contexto de uma escola de educação para pessoas deficientes, em um campo sócio-ocupacional do 3º setor, ou seja, em uma entidade que se coloca como filantrópica, de caráter assistencial, cuja implantação é anterior à criação do próprio termo quem hoje a classifica.

Durante o período de realização do estágio obrigatório, observamos que dentro do contexto estudado, embora a assistente social usufrísse da mesma autonomia profissional que os demais profissionais de nível superior dentro da instituição tais como: psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, a demanda pelo Serviço Social era superior em

relação aos demais, talvez um traço do conservadorismo presente na instituição e contrário á efetiva implementação do Projeto-Ético Político do Serviço Social.

A autonomia profissional do assistente social se revela nos parâmetros legais da profissão, podendo sofrer limitações pelas condições objetivas presentes no espaço socio-institucional onde o mesmo se encontra inserido, ou mesmo, ser decorrentes das alterações ocorridas no mundo do trabalho na contemporaneidade, sobretudo em tempos de terceirização de serviços e flexibilização das relações trabalhistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz T.. Considerações iniciais para o exame do Processo de Trabalho do Serviço Social. Em Pauta-Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, novembro de 1995. n. 6. CELATS. Guía de la sistematización de la pratica. Lima: CELATS, 1983.

ALVES, Mario Aquino. Terceiro Setor : origens do conceito.
http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/10/01-b-Alves-2002.pdf. Acessado em : 15/12/2019.

BERINGH, Elaine R. e Boschetti, Ivanete. Política Social, 9ª Ed., São Paulo, Cortez, 2011 (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2) .

BOLSANELLO, M.A. Darwinismo social, Eugenia e Racismo. Educar, Curitiba, nº 12, p.153-165. 1996. Editora da UFPR.

CANO, Wilson - Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. Rev. Econ.Polit. vol.35 no.3 São Paulo July/Sept. 2015

COUTO, Berenice Rojas. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 3.ed – São Paulo. Cortez, 2008.

GAUDENZI, Paula e ORTEGA, Francisco. Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade . *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2016, vol.21, n.10, pp.3061-3070.

CERIGNOME, Francisco Nuncio e RODRIGUES, Maria Paula, Deficiência : uma questão política? São Paulo, Paulus, 2005.(Coleção Questões Fundamentais do Cotidiano/Coordenação Maria Paula Rodrigues).

DA SILVA, Luciene Maria. A deficiência como expressão da diferença. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 44. p. 111-133. dez. 2006

DESLANDES, Sueli Ferreira (org.), Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade, Petrópolis/RJ, Vozes, 1994.

DINIZ, Débora , O que é Deficiência, São Paulo Brasiliense,2012. (Coleção Primeiros Passos).

DINIZ, Débora e SQUINCA, Flávia e MEDEIROS, Marcelo. Qual deficiência?: perícia médica e assistência social no Brasil. Cad. Saúde Pública [online]. 2007, vol.23,n.11, pp2589-2596.ISSN 1678-4464.

DINIZ, Débora, Barbosa L, Santos WR. Deficiência, direitos humanos e justiça. *Sur, Rev. int. direitos human* 2009; 6(11):64-77.

DORNELAS, Lilian de Fátima et al. Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor: mapa conceitual, Definições e Limitações do Termo. Revista Paulista de Pediatria, vol. 33, Issue 1, March 2015, p.88-103.

EL ABED, Naila M. Atuação do Profissional do Serviço Social na Educação. Revista de Educação, Psicologia e Interfaces. 1(1), 44-56, Maio-Agosto de 2017. <http://educacaoepsicologia.emnuvens.com.br/edupsi/about/submissions>. Acessado em 01/12/2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. 9ª Ed., São Paulo, Cortez, 2010.

FORJAZ, Maria Cecilia S. – Industrialização, estado e Sociedade no Brasil (1930-1945),Rev. adm. empres. vol.24 no.3 São Paulo July/Sept. 1984

DUARTE, Janaína L.N. - Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios. 1o Semestre de 2017 - n. 39, v. 15, p. 176 – 200

FRANÇA, Tiago H.P.M.,Deficiência e Pobreza no Brasil: a relevância do trabalho das pessoas com deficiência. Universidade de Coimbra, Portugal, 2014

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e sociedade de classe: O discurso do direito a ter direitos. In: FORTI,Valeria e GUERRA, Yolanda (orgs). Ética e Direitos: Ensaios Críticos. Rio de Janeiro 3ªEd. Lúmen Júris Editora, 2011.

_____. A Instrumentalidade do Serviço Social. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. A Dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos, 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

GURGEL, Claudio; Agatha Justen – Controle Social e Políticas Públicas: a experiencia dos Conselhos Gestores. Ver. Adm. Pública, Vol.47, nº 2 Rio de Janeiro Mar./ Apr. 2013.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Serviço Social e Relações Sociais no Brasil - Esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 12.ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A Questão Social no Capitalismo. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº3 (Jan/Jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LACERDA, Lelica Elis P. – Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014

LIMA, Joseane Barbosa - O Projeto Profissional do Serviço Social em debate: entre a intenção de Ruptura e as tendências do Neoconservadorismo -Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 33, jan./jun. 2017

MAI, Lílían D. e Angerami, Emília L.S. - .Eugenia Negativa e Positiva: Significados e Contradições. Revista Latino-am Enfermagem, 2006, Março-Abril;14(2):251-8. www.eerp.usp.br/rlae

MÂNGIA, E. F. et al. Classificação Internacional. CIF. Rev. Ter. Ocup. **Univ.** São Paulo, v. 19, n. 2, p. 121-130, maio/ago. 2008.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais. Petrópolis, RJ,: Vozes,2002.

MORAES, Carlos Antônio de Souza et al.- A Autonomia Relativa do Assistente Social nos limites das Tensões Capital X Trabalho. I Colóquio internacional/ IV Colóquio Internacional. Sobre o Trabalho do/a Assistente Social. O trabalho e Formação Profissional da/do Assistente Social no Brasil e no Mundo: Desafios Contemporâneos, Maceió,2017.

<http://www.seer.ufal.br/index.php/coloquiocintas/article/download/3698/2626>.

Acessado em : 10/11/2019.

MURAD, Larissa C. - USOS E DESUSOS DO DIÁRIO DE CAMPO: entre o registro, a sistematização da prática e a potencial produção de conhecimento.

<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/diario-de-campo>. Acessado em 15/06/2019

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, nº3 (Jan/Jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001

_____. Introdução ao Estudo do Método de Marx, 1.ed.-Sao Paulo : Expressão Popular, 2011.

_____. Ditadura e Serviço Social. 13.ed. São Paulo Cortez:2009.

_____. Serviço Social e a Tradição Marxista. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, N.30, Abril, 1989.

OLIVEIRA, Rita C.M. (Entre)Linhas de uma Pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, vol. 2, nº 4, 2014

PENALVA, Janaína et al. O Benefício de Prestação Continuada no Supremo Tribunal Federal. Sec. Estado, vol.25, nº 1, Brasília, Jan/Apr .2010.

SANTOS, Josiane Soares.”Questão Social”:particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez,2012

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos : Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro , Editora Campos, 1979

SANTOS, Josiane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, V.6).

SILVA, Juliana Alexandre – A Relativa Autonomia Profissional do/a Assistente Social: mediações objetivas e subjetivas para seu exercício. Dissertação mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

SILVA, Vini Rabassa. O Significado da Cidadania no Serviço Social. Sociedade em Debate, Pelotas 5(2)p.59-80, agosto /1999.

SILVA, Taciane Rosa. O Processo de Renovação do Serviço Social mediante a autocracia burguesa. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais , Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SIMÕES, Nanci Lagioto Hespanhol – Autonomia Profissional X Trabalho Assalariado: Exercício profissional do assistente social. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Disponível em: <http://www.ufjf/ppsservicosocial/files/2012/05/nanci>. Acessado em 15/10/2019.

SOUZA, Moema A.S.; SILVA, Juliana A.S. - A Relativa Autonomia na Literatura Profissional do Serviço Social: elementos constitutivos do debate. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 403 - 413, ago./dez. 2017.

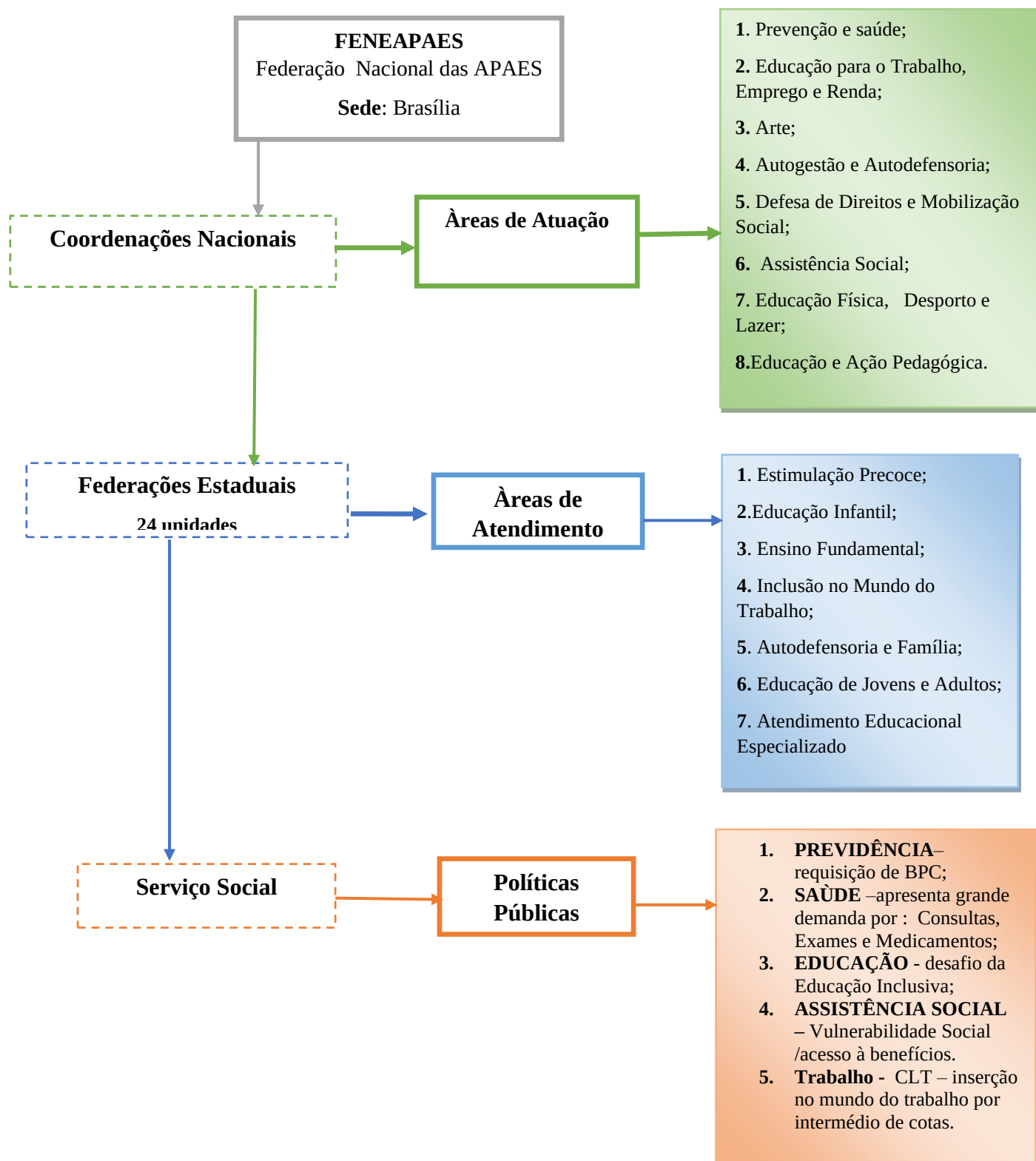
TABORDA, Elis; SANTOS, Lilian dos; PFEIFER, Mariana – A relativa autonomia do exercício profissional do assistente social. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis .SC - 27 a 29 de out.2015

YAZBEK, M.C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABESS(Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

ANEXOS

Caracterização do Campo de Estágio - 2017

Nível Nacional



Organograma elaborado por *Cláudia Rodrigues Novais*. **Fonte** :Site Institucional

Assistência Social

Trata-se de política pública que implementa direitos sociais. O assistente social da APAE trabalha na perspectiva da promoção e inserção social da pessoa com deficiência, sobretudo em função da situação de vulnerabilidade das famílias de muitos de seus alunos, demandando assim da rede de proteção social, a busca da garantia dos direitos fundamentais para estes cidadãos.

Marcos regulatórios :

Lei nº8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social - **LOAS**

Nível Municipal

Trabalho

.Foco: a inserção do sujeito com deficiência no mundo do trabalho como forma de resgatar a dignidade da pessoa humana e ,desconstruir o rótulo de “inútil e “incapaz”.

.Políticas Públicas acionadas: Assistência Social devido á inserção em cotas para pessoas com deficiência.

.Marcos Regulatórios:

a) CF/1988 - art. 7 e 37

b) CLT– art.6 e 83

Saúde

Foi declarada como direito universal não condicionado à contribuição pela CF/1988, tornando-se serviço de interesse público em função da redução do risco de doença.

Principais Demandas:

Marcação de exames, consultas em centros especializados em ortopedia, reabilitação e odontologia.

Marcos Regulatórios:

a) Lei 9.649/98 e 10.683/03 que definem áreas de competência do Ministério da Saúde.

b) CF/1988 art.198º e LOAS-art.9º referem-se á organização, direção e gestão do SUS.

c) Resolução do CFESS nº389/99 caracteriza o Assistente social como profissional da saúde.

EDUCAÇÃO

Demandas : dificuldade de Aprendizagem e a problemática o projeto de educação inclusiva.

Marcos Regulatórios:

a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação/ LDBE –nº9.394/96 ;

b) Política Nacional de Educação Especial – Janeiro /2008

SERVIÇO SOCIAL APAE/Mariana

Desafio : Inclusão Social

FAMÍLIA

Principal foco de intervenção do Serviço Social

Previdência

Orientações quanto á concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC , junto ao INSS bem como acompanhamento do processo e elaboração de defesa em períodos de revisão do mesmo. O BPC é um benefício não contributivo instituído pela LOAS e voltado para o atendimento de pessoas idosas e com deficiência incapacitante para a vida independente.

O serviço social da APAE busca transcender o aluno e ter impacto significativo nas condições de vida da família que é considerada maior e mais segura rede de proteção social. Centralizar o trabalho social sobre a mesma é investir na mais importante PROTEÇÃO para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

EVENTOS

Apoio na organização e/ou participação em palestras e atividades que promovam a construção de uma consciência acerca do respeito á deficiência bem como das limitações e necessidades dela decorrentes e sobretudo o esclarecimento acerca dos direitos sociais destes cidadãos

APAE/Mariana - 2017

